

CORES

a revista de responsabilidade socioambiental da Fieg

Brasil na luta para instituir política de resíduos sólidos

2012 seria o ano de implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, mas o país não conseguiu alavancar os planos de gestão do lixo e ainda está na fase de mobilização da sociedade





ETERNIT E SAMA

ENTRE AS MELHORES EMPRESAS DO BRASIL

Guia Você S/A Exame premia a Eternit por ser uma das melhores no setor de Construção e a SAMA por ser a Melhor Mineradora do Brasil para Você Trabalhar.

Ser eleita por seus próprios colaboradores como a melhor do país é o reconhecimento formal de termos as melhores práticas internas do mercado por todos os investimentos realizados na promoção da saúde, da qualidade de vida e do desenvolvimento do país.

Eternit e SAMA, orgulho para Goiás e para o Brasil.



Assista ao Filme Institucional Eternit através deste QR Code.

Eternit
www.eternit.com.br

SAMA
MINERAÇÕES ASSOCIADAS

CARTA AO LEITOR

Políticas públicas ensejam mudanças

Os últimos dez anos vieram com um turbilhão de demandas para o setor produtivo e com a mudança de paradigmas nas políticas empresariais e na própria forma de se fazer negócios. E isso não é só no Brasil. De uma hora para outra, o mundo vai se dando conta da escassez de recursos naturais e da impossibilidade de o planeta fornecer insumos para uma população que cresce em níveis preocupantes. Obter o equilíbrio entre essas forças é o ideal que encerra o conceito de sustentabilidade e que está levando ao surgimento de um novo modelo de produção, que concilie crescimento econômico e preservação ambiental, vertentes consideradas hoje pelo mercado como sendo estratégias complementares, atuando em sinergia.

Para a indústria, fortemente responsabilizada no processo de geração de bens de consumo, os desafios são grandes, levando as empresas ao exercício cotidiano de buscar conhecimento, novas práticas e de se modernizarem. Em muitas delas, despontam empresários que estão assumindo o papel de líderes, guiados por valores éticos e morais que alimentam essas mudanças e trazem à cena uma nova forma de pensar, agir e produzir. Saem da retórica para de fato efetivar os conceitos do chamado *triple bottom line*, baseado na interdependência entre os sistemas produtivo, social e ambiental.

Pressionado por essa conjuntura, o governo brasileiro tirou da gaveta projetos que, antes adormecidos, passaram a ocupar o centro dos debates, materializados em políticas públicas reguladoras, que disciplinam o uso de bens comuns, como a água, e imputam responsabilidade compartilhada entre cidadãos e entes federativos, como é o caso da Política Nacional de Resíduos Sólidos, tratada nesta edição.

As organizações que avançaram na inserção do conceito de sustentabilidade em seus negócios estão investindo em pesquisa, desenvolvimento e inovação de processos, produtos e serviços. Cabe ao governo, incentivar tais iniciativas, beneficiando com acesso aos recursos públicos e desoneração tributária aquelas que adotarem modelos sustentáveis de produção, empregando os recursos naturais de maneira eficiente e renovável. Mas isso só, não basta, será preciso investir em educação, visto que as políticas públicas pressupõem condutas próprias de uma sociedade consciente e avançada, como as relacionadas ao sistema de logística reversa, etapa mais complexa da cadeia do lixo e também contemplada na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

da REDAÇÃO

(sintese@sintese.com.com.br)

INDICE

DAGO PAULO R



16 16 Lei de resíduos sólidos exige ações articuladas

Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SIMIR) preconizam ações articuladas entre todos os entes federativos geradores de resíduos sólidos. Cidades prometem elevar o nível de qualidade de vida da população

28 Entrevista

Ricardo Voltolini, jornalista e escritor, fala de seu projeto Plataforma Liderança Sustentável, de gente, mercados e negócios

Artigos

4 **Pedro Alves de Oliveira**
Para a indústria, reciclar é lucro

5 **Helio Mattar**
Produção responsável e consumo consciente

10 **Antônio de Sousa Almeida**
Boas práticas repercutem em todo o mundo

50 **Elaine Lopes Noronha Farinelli**
Lei define gerenciamento dos resíduos hídricos

PUBLICAÇÃO



Presidente da Fieg
Pedro Alves de Oliveira

Presidente do Conselho Temático de Responsabilidade Social
Antônio de Sousa Almeida

Superintendente
José Eduardo de Andrade Neto

Gerente de Comunicação
Geraldo Neto

cores@sistemafieg.org.br
Fone (62) 3219-1303



CRIAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICIDADE

SínteseCom
COMUNICAÇÃO

www.sintese.com.com.br
sintese@sintese.com.com.br

Edição
Márgara Morais
margaramorais@gmail.com
(62) 9971-1118

Colaboração
Graciana Rizerio

Conselho Editorial
Marisa Brandão Soares Martins
Elaine Lopes Noronha Farinelli
Márgara Morais
Antônio de Sousa Almeida
Leandro Gondim Silva
Daniela Ribeiro
Felipe Inácio Alvarenga
Nathalya Toalhari
Marcelo Nunes Brandão

Projeto gráfico
Bruno Galiza

Design gráfico
Onze Comunicação Multimídia

Fotografia
Silvio Simões
Arquivos da Ascom/Fieg e empresas

Capa
Yamana/MMIC

Impressão
Gráfica Kelps

Tiragem
5 mil exemplares

* Publicação dirigida e distribuição gratuita. As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.



Para a indústria, reciclar é lucro

Por Pedro Alves de Oliveira

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, empenhada em lançar, no próximo ano, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, constatou que, no último biênio, aumentou em 400% a quantidade de empresas goianas que tratam seu lixo industrial, muitas delas constituindo hoje referência nacional em transformação de dejetos em energia ou adubo. A Jalles Machado, em Goianésia-GO, por exemplo, em sua indústria sucroalcooleira, que moe dois milhões de toneladas de cana/ano, produz eletricidade com as 500 toneladas de bagaço recolhido na safra, para consumo próprio e comercialização.

A reciclagem, cada vez mais, possibilita transformar materiais usados, antes inúteis e onerosos, em novos produtos para o consumo, colaborando na redução dos custos da produção e preservação do meio ambiente. Com ela são gerados grande número de postos de serviço e riquezas, principalmente nas grandes cidades.

Não obstante, o número das empresas que ainda não conseguem cumprir essa exigência legal, em Goiás, seria quatro vezes maior.

Para ajudar as indústrias na solução de problemas relacionados a resíduos, orientando-as sobre o cumprimento de uma legislação específica, a Fieg criou, em 1998, o Conselho Temático de Meio Ambiente.

Em 2008, por meio do Conselho Temático de Responsabilidade Social, a Fieg promoveu, na Casa da Indústria, em parceria com a Delegacia Regional do Trabalho, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável, o Fórum de Coleta Seletiva de Material Reciclável e Inclusão Social. Seu objetivo: diagnosticar

“ A reciclagem, cada vez mais, possibilita transformar materiais usados, antes inúteis e onerosos, em novos produtos para o consumo, colaborando na redução dos custos da produção e preservação do meio ambiente ”

como Goiânia administrava o lixo urbano e, a partir daí, propor modelos de gestão de resíduos que contemplassem de forma responsável as questões ambientais e sociais.

O Fórum foi o primeiro passo de uma discussão ampla, permanente e propositiva, com ações articuladas entre instituições civis empresariais, acadêmicas, comunitárias e profissionais, em parceria com o poder público, no desafio de se enfrentar adequadamente a problemática do lixo urbano. Ao seu final, numa elaboração coletiva, declarou-se o modelo de gestão ambiental pretendido pela sociedade goianaense.

À Comurg (Companhia de Urbanização de Goiânia), da Prefeitura, coube cumprir o cronograma de coleta seletiva de material reciclável doado pelas empresas. Seus resultados mostram como está sendo levada a sério, nesta Capital, a coleta seletiva de lixo, feita diariamente por duas associações, nove cooperativas e quatro grupos em processo de formação, com 315 catadores. Em outubro passado, recolheram-se 2.477 toneladas de resíduos sólidos. O Programa Goiânia de Coleta Seletiva vem crescendo substancialmente: em 2008, foram recolhidas 596 toneladas; 2009, 3.405 toneladas; 2010, 14.813 toneladas; 2011, 21.689 toneladas e, 2012 até outubro, 23.780 toneladas.

Segundo o Perfil dos Municípios Brasileiros 2011, do IBGE, 67,7% deles ainda

não contam com coleta de lixo, mas 19,2% já têm pronto projeto para executar essa atividade.

O Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás está implantando para a Fieg, Sesi, Senai, IEL Goiás e ICQ Brasil, que a integram, o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, lançado na Unidade Integrada Sesi Senai de Aparecida de Goiânia e prosseguindo no CAT (Centro de Atividades de Trabalho Goiânia)/Palácio da Indústria e na Casa da Indústria, estendido às demais unidades, da Capital e do Interior.

Desde 2011, o material reciclável é recolhido, separado e doado a instituições como a Associação Pestalozzi de Goiânia e a Associação de Combate ao Câncer em Goiás. Já foram recolhidas 24 toneladas de produtos recicláveis, como papel, papelão, plástico, garrafas pet e latinhas de alumínio, além de eletroeletrônicos.

O trabalho da Fieg tem servido de modelo para empresas e até órgãos governamentais que, adotando-o, passam a trabalhar como multiplicadores de ações semelhantes.

A meta, agora, é reduzir ao máximo possível a geração de lixo, bem como o consumo de energia e água, como já acontece na Colônia do Sesi, em Aruanã, e em Aparecida de Goiânia, na Unidade Integrada Sesi Senai, e na Escola Senai Dr. Celso Charuri.



Produção responsável e consumo consciente

Por Helio Mattar

A humanidade já consome 50% mais recursos naturais renováveis do que o planeta é capaz de regenerar. Isso acontece quando apenas 16% da população mundial é responsável por 78% do consumo total. Se todo o mundo consumisse como os habitantes mais ricos do planeta, seriam necessários quase cinco planetas para suprir esse consumo.

Em 11 anos trabalhando para mobilizar as pessoas para o poder de transformação de seus atos de consumo consciente, o Akatu aprendeu que a solução para a sustentabilidade exigirá a participação de diversos agentes sociais, envolvendo organizações multilaterais, governos, corporações e organizações da sociedade civil. Ficou clara, então, a necessidade de uma referência concreta quanto a alguns caminhos a seguir para que a produção e o consumo se tornem mais sustentáveis. Daí nasceram as indicações a seguir, que propõem um modo de produção e consumo que valorize:

1) Os produtos duráveis mais do que os descartáveis ou os de obsolescência acelerada: como já acontece com a substituição das sacolas plásticas descartáveis por sacolas retornáveis e duráveis; 2) A produção e o desenvolvimento local mais do que a produção global: como as organizações comunitárias na produção e comercialização de produtos típicos regionais; 3) O uso compartilhado de produtos mais do que a posse e o uso individual: como as bicicletas compartilhadas em diversas grandes cidades, que ficam disponíveis para retirada e devolução em pontos estratégicos; 4) A produção, os produtos e os serviços social e ambientalmente mais sustentáveis: como hoje já ocorre com o selo Procel que certifica eletrodomésticos que gastam menos energia; 5) As opções virtuais mais do que as opções materiais:

“ Se todo o mundo consumisse como os habitantes mais ricos do planeta, seriam necessários quase cinco planetas para suprir esse consumo ”

como livros, discos e filmes baixados em aparelhos MP3 em vez da versão material; 6) O não-desperdício dos alimentos e produtos, promovendo o seu aproveitamento integral e o prolongamento da sua vida útil: como acontece nos brechós de roupas usadas; 7) A satisfação pelo uso dos produtos e não pela compra em si: como fazem aqueles que mantêm seus celulares por anos e não os trocam a cada novo lançamento; 8) Os produtos e as escolhas mais saudáveis: como os orgânicos disponíveis em feiras e supermercados; 9) As emoções, as ideias e as experiências mais do que os produtos materiais: como as viagens propostas por agências que oferecem vivências por meio de visitas participativas e educativas; 10) A cooperação mais do que a competição: como ocorre com empresas do setor varejista que praticam uma logística colaborativa para melhorar o nível do serviço e reduzir custos e emissões de CO2.

O Akatu convida todos à reflexão e à mobilização em torno destes itens. Com o engajamento de todos, os caminhos indicados permitem construir uma nova sociedade de consumo e um novo modo de produção que atendam ao bem-estar de toda a humanidade com muito maior eficiência no uso dos recursos naturais, por meio de negócios social e ambientalmente mais sustentáveis, que podem resultar em uma rentabilidade justa para o capital, visando uma sociedade mais humana, com maior equidade e justiça social.

Instituto Akatu

Organização não governamental, sem fins lucrativos, que trabalha pela conscientização e mobilização da sociedade para o consumo consciente.

Consumo consciente

É consumir tendo no consumo um instrumento de bem-estar e não um fim em si mesmo.

O consumo não se resume a um ato pontual, trata-se de um processo, que começa antes da compra de um produto e termina depois do seu uso.

O ato de consumir conscientemente implica em avaliar cada uma das escolhas abaixo, medindo os impactos que estão sendo gerados e como eles podem ser minimizados ou potencializados na direção de uma sociedade sustentável:

Por que comprar?
De quem comprar?
O que comprar?
Como comprar?
Como usar?
Como descartar?

(Fonte: <http://www.akatu.org.br>)

PRATIQUE A **SOLIDARIEDADE...** APLIQUE SEU **IMPOSTO DE RENDA** EM **AÇÕES EFETIVAMENTE SOCIAIS.**

Empresário, oriente seu profissional contábil a destinar parte de seu Imposto de Renda diretamente a projetos sociais de amparo à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pode ser destinado até **1% do imposto de renda** relativo ao lucro real das Pessoas Jurídicas e 6% do imposto de renda apurado anualmente pelas Pessoas Físicas.

Transformando Impostos em ações sociais reais

A doação não traz **nenhum ônus** ao contribuinte, uma vez que é totalmente deduzida do IR Devido. Além disso, você exerce seu direito de cidadão ao

saber que parte de seu tributo será aplicada em uma ação efetivamente social de seu município. O resultado você pode acompanhar de perto!

Consulte seu profissional contábil sobre o Funcriança

Os profissionais contábeis estão aptos a realizar este repasse, sendo orientados pelo **Conselho Regional de Contabilidade (CRC) de Goiás** por meio do **Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC)**, que atua com o intuito de sensibilizar os profissionais contábeis sobre a importância das ações de voluntariado para a construção de uma sociedade mais solidária.

O repasse é realizado para os **Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (Funcriança/FIA)**, que estão credenciados a receber as contribuições de pessoas físicas e jurídicas a serem utilizadas no financiamento de programas e ações de proteção à criança e ao adolescente. Os Fundos são previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 260 e regulamentados pela Lei 8.242/91, sendo administrados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, formados por representantes da sociedade civil e do governo.

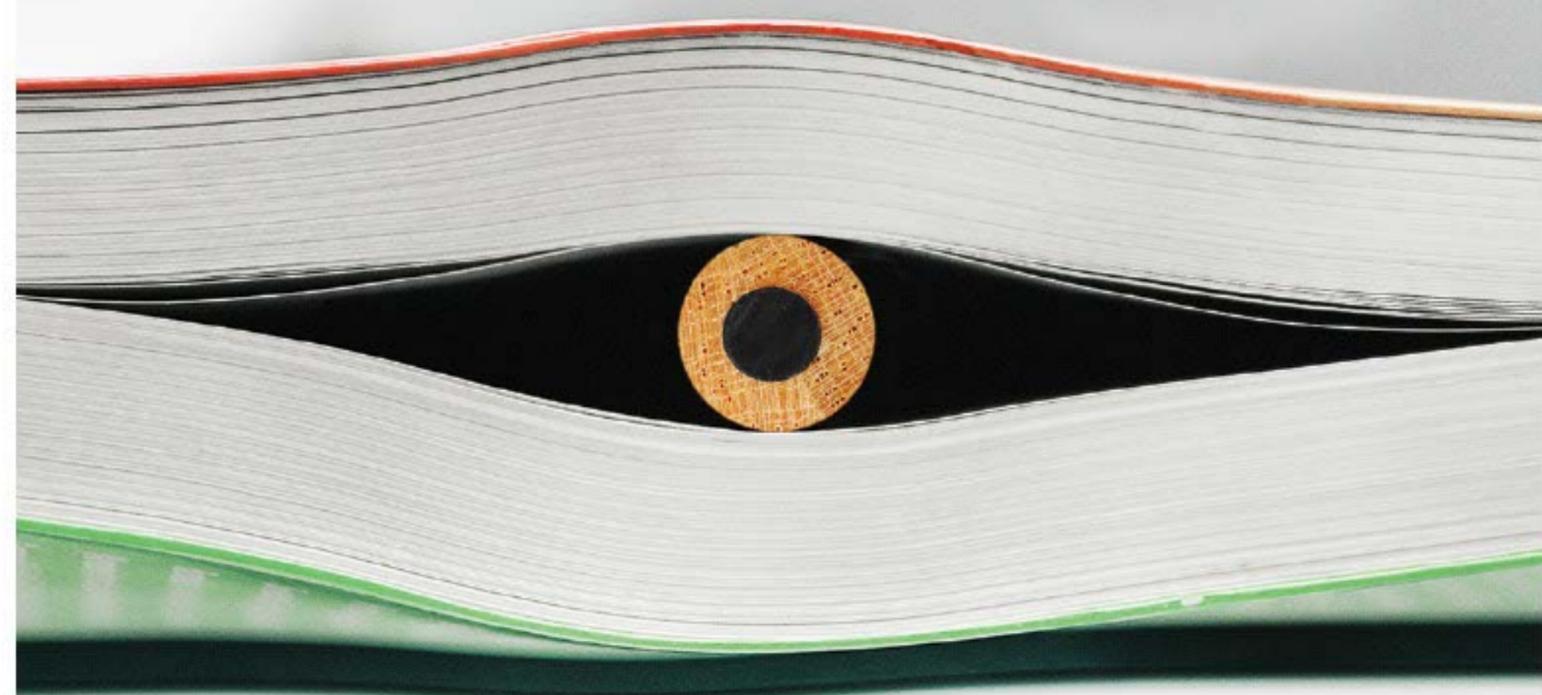
Para realizar uma **simulação** de quanto você pode destinar, acesse: www.tributoacidania.org.br



Entre em contato com o CRC Goiás e saiba mais:
 62 3240-2211 ou www.crcgo.org.br/funcrianca

Consulte também nossa consultoria especializada gratuitamente:
 62 4141-8002 / 8402-6212 ou impostosolidario.infos@gmail.com

É ASSIM QUE O SESI ENXERGA O FUTURO DA INDÚSTRIA: POR MEIO DA EDUCAÇÃO.



O SESI acredita na educação como agente de transformação social, qualidade de vida e desenvolvimento social. O crescimento das pessoas fortalece a indústria e por essa razão o SESI investe, cada vez mais, na educação para a vida.



Barro Alto recebe investimentos para plano de saneamento

Iniciativa integra ações de promoção à saúde e apoio ao desenvolvimento local, habilitando o município a receber verba federal para obras de saneamento e esgoto

Ao se instalar em Barro Alto, a Anglo American se preocupou em não só evitar o crescimento urbano desordenado, como também apoiar a implantação de uma infraestrutura adequada à expansão da cidade. A empresa mantém uma política global de reduzir os impactos gerados pela mineração e colaborar para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua. Reforçando esse compromisso, a Anglo American investiu na elaboração do Plano Diretor Democrático em 2009, e também na elaboração do Plano de Saneamento Básico do município, que está em fase final de elaboração, para ser entregue à Prefeitura de Barro Alto.

Para o coordenador de Relações com a Comunidade de Barro Alto, Liomar Vidal, trata-se de uma medida que mostra a preocupação da empresa em relação à saúde pública e ao meio ambiente. "Além disso, representa um avanço na qualidade de vida dos barroaltenses", explica. O plano de saneamento é o pré-requisito para municípios que pretendem ter acesso a recursos financeiros para a execução de obras de saneamento e esgoto. Esse critério foi determinado pela chamada Lei do Saneamento (Lei Federal 11.445/2007), que previa que, até o final de 2010, os municípios deveriam criar os seus planos. Mas, em junho de 2010, estima-se que nem 10% das prefeituras conseguiram desenvolver seus projetos por conta de deficiências técnicas e financeiras. O prazo foi, então, prorrogado para 2014.

Para a elaboração do Plano de Saneamento Básico de Barro Alto, a Anglo American contratou a Sabesp, que é responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto de São Paulo e uma das maiores empresas mundiais de abastecimento de água e saneamento.

Liomar lembra que Barro Alto é um dos menores municípios de Goiás a contar com um Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), feito de acordo com as orientações da Lei do Saneamento. Pesquisas recentes evidenciam que a elaboração do plano vai além do cumprimento da lei. Segundo a



MARCOS CARDOSO

Barro Alto está entre os primeiros municípios goianos a ter plano de saneamento básico

Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, divulgada em 2008 pelo IBGE, apenas 33% dos domicílios em Goiás são atendidos por rede de esgoto. Outra pesquisa de 2010, encomendada pelo Ministério das Cidades, revela ainda que a cada R\$ 1 investido em saneamento são economizados R\$ 4 na área da saúde.

Plano participativo - Foram firmados contratos que ultrapassam R\$ 800 mil reais e que envolvem desde o diagnóstico completo do saneamento da cidade, levantamento de dados populacionais e ambientais, projeção de demanda, até a previsão de volume para coleta de resíduos sólidos, informações sobre a hidrografia da região e também de áreas de risco de inundação no sistema viário local.

Especificamente para a questão dos resíduos sólidos, foi contratada a Ambconsult, a qual deverá entregar o projeto básico para o aterro sanitário. O estudo levantou a situação atual dos serviços de limpeza urbana e gestão de resíduos do município para avaliar cobertura, qualidade, eficácia e situação dos serviços, como subsídios para o desenvolvimento do plano de saneamento.

Assim como acontece com todo o trabalho social desenvolvido pela companhia, a elaboração do plano pode ser acompanhada de perto pela comunidade. A Anglo American buscou a validação do trabalho realizado pela Sabesp por meio de consultas populares e audiências públicas.

Comunidade de Barro Alto acompanha a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e é ciente da importância dele para a qualidade de vida da população



Iniciativa da Anglo American contou com participação popular e representa avanço na qualidade de vida dos barroaltenses

O que é o Plano de Saneamento Básico

É o pré-requisito para municípios que pretendem ter acesso a recursos financeiros para a execução de obras de saneamento e esgoto. Esse critério foi determinado pela chamada Lei do Saneamento (Lei Federal 11.445/2007), que previa que, até o final de 2010, os municípios deveriam criar os seus planos. Mas, em junho de 2010, estima-se que nem 10% das prefeituras conseguiram desenvolver seus projetos por conta de deficiências técnicas e financeiras. O prazo foi, então, prorrogado para 2014.

O que o plano contempla

Envolve desde o diagnóstico completo do saneamento da cidade, levantamento de dados populacionais e ambientais, projeção de demanda, até a previsão de volume para coleta de resíduos sólidos, sistemas de esgotamento sanitário, drenagem pluvial, água potável e informações sobre a hidrografia da região e também de áreas de risco de inundação no sistema viário local.

Política exalta valores e define condutas

Em seu relatório de atividades referente ao exercício de 2011, acessível no endereço www.angloamerican.com.br, a Anglo American faz referência à sua política de gestão, chamando-a de "Boa Cidadania - Princípios Empresariais". Nela estão estabelecidas as diretrizes para a gestão da rede de relacionamentos e grupos de interesse da empresa - fornecedores, clientes, governos, empregados e comunidades. O documento determina de forma objetiva o respeito aos direitos humanos, o desenvolvimento de rede local de fornecedores, a melhoria da qualidade de vida da comunidade local, a atenção às famílias dos empregados, o combate à corrupção em todos os níveis, instâncias e aspectos, e diretrizes de relacionamento com as esferas de governo e da administração pública. Os padrões que integram a política estão incorporados ao Sistema de Gestão Integrada (SGI).

Outro documento básico da Anglo American é a "Política de Integridade Empresarial", que detalha a maneira como a companhia dá transparência às suas atividades e combate à corrupção. Abordando diversas situações, tais como doações, patrocínios, recebimentos de brindes e relações com o poder público e lideranças, a política estabelece os padrões de comportamento a serem seguidos por todo o corpo de empregados.



Boas práticas repercutem em todo o mundo

Por Antônio de Sousa Almeida

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas para o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o fato é que as determinações legais estão estimulando as empresas a adotarem medidas que tornem o processo produtivo mais rentável e competitivo. Ao mesmo tempo, surgem oportunidades de negócios para quem deseja investir em transporte, reciclagem, armazenagem, reparos e consertos, testes, seleção, reciclagens diversas, remanufatura, destruição certificada, revenda, sistemas de informação, call center, desmanche, equipamentos, consultorias, pesquisa, destinação final, dentre outras. São muitos os serviços que naturalmente serão demandados, lembrando que o lixo é fonte de riqueza e se bem trabalhado pode render dividendos financeiros.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos é uma política robusta, que contém instrumentos importantes que vão ajudar o Brasil no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes da gestão e gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos. É preciso que o governo, de sua parte, apoie as empresas, principalmente as micro e pequenas, sejam indústrias, comércio ou serviços, para que consigam implantar seus sistemas de coleta seletiva e darem destinação final ambientalmente adequada aos resíduos sólidos que produzem. A reciclagem, sobretudo, dados os altos custos que envolve, não será alavancada se não houver uma ação firme por parte do governo nesse sentido. O apoio reivindicado pelo setor produtivo inclui a criação de linhas de crédito, acesso das micro e pequenas empresas às chamadas tecnologias "verdes", redução de tributos e incentivos fiscais para quem adotar sistemas de gestão com

“ Empresas incorporam valores altruístas em suas políticas internas, instituindo cultura pautada por relações mais próximas, humanizadas e colaborativas com seus funcionários e com as comunidades ”

resultados favoráveis à preservação ambiental e restrição de recursos naturais.

É importante observar que muitas empresas já vinham cumprindo regulamentações inerentes à política, antes mesmo de sua implantação, em 2010, por meio do aprimoramento de seus sistemas de gestão ambiental e pela redução de insumos extraídos da natureza. A coleta seletiva, por exemplo, hoje plenamente incorporada aos procedimentos internos da maioria delas, reflete esse esforço, além de contribuir para a formação de uma cultura de cidadania, em que as responsabilidades são compartilhadas e cada um tem papel importante a desempenhar na cadeia do lixo. A coleta seletiva passou a ser instrumento de educação, conscientização e mobilização, por motivar os colaboradores a participarem do processo e a levarem para seus lares e comunidades aquilo que aprendem nas empresas.

Nos últimos anos, as empresas aprimoraram seus sistemas de gestão com a certificação de normas técnicas e instituíram uma cultura pautada por relações mais próximas, humanizadas e colaborativas com seus funcionários e com as comunidades onde estão instaladas suas bases operacionais. Muitas vezes, elas acabam incorporando atribuições que seriam inerentes ao Estado, ao manterem programas relacionados à saúde, lazer, esporte, cultura, conhecimento,

aprendizagem escolar e qualificação profissional. Há iniciativas que se estendem aos familiares dos colaboradores, outras, à comunidade inteira do município onde a empresa está baseada. O trabalho voluntário também foi incorporado com sucesso, sendo que muitas corporações já não mais vivem sem ele, dada a força que o mesmo propulsiona para a instalação de clima organizacional positivo, motivado, no qual as pessoas cultivam um sentimento de respeito e solidariedade para com o outro.

Essas empresas, em sua maioria, são apoiadoras da revista CORES, publicação da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), lançada em 2008, com o objetivo de divulgar políticas, ações e iniciativas de empresas que incorporaram a responsabilidade social à sua gestão, incutindo novos valores no mercado e em suas estratégias de negócio. A revista, por sua vez, possibilitou ao grande público a oportunidade de conhecer o que as empresas modernas, antenadas ao seu tempo, pensam e fazem. O lançamento da 10ª edição indica que estamos no caminho certo; a conquista de novos leitores e apoios reforça nosso desejo de divulgar as empresas que atuam em Goiás, para os goianos, e para além de nossas fronteiras, já que os exemplos de responsabilidade social nela espelhados repercutem aqui e em todo o planeta, afinal, somos uma aldeia global.



JULIANA BARBOSA
Anglo American

O SEGREDO PARA UMA MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL NÃO É MAIS SEGREDO.

NA ANGLO AMERICAN, AS NECESSIDADES E OS ANSEIOS DA COMUNIDADE ESTÃO SEMPRE NO CENTRO DAS ATENÇÕES.

POR MEIO DO SEAT, NOSSA AVANÇADA FERRAMENTA PARA AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA, DESCOBRIMOS COMO ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DAS COMUNIDADES VIZINHAS A NOSSAS OPERAÇÕES, COMO EM BARRO ALTO E NO PROJETO MINAS-RIO.

EM BARRO ALTO, POR EXEMPLO, O SEAT NOS MOSTROU QUE ERA PRECISO OFERECER TREINAMENTO LOCAL, PARA QUE PUDÉSSEMOS CONTAR COM PESSOAS DA COMUNIDADE EM NOSSA OPERAÇÃO – PESSOAS COMO A JULIANA, QUE ESTUDOU PIROMETALURGIA E HOJE TRABALHA NA PLANTA INDUSTRIAL.

SABEMOS QUE SUSTENTABILIDADE É RESPONSABILIDADE DE TODOS E, PORTANTO, NÃO DEVE SER SEGREDO PARA NINGUÉM. POR ISSO, OFERECEMOS ACESSO GRATUITO ÀS FERRAMENTAS DO SEAT, PARA QUE MAIS EMPRESAS POSSAM AJUDAR MAIS PESSOAS.

FAÇA O DOWNLOAD EM
WWW.ANGLOAMERICAN.COM.BR

Política socioambiental agrega novos títulos

Prêmios estaduais e nacionais reconhecem Pontal Engenharia por seu sistema avançado de reciclagem de resíduos da construção civil, gestão integrada e política social em prol dos colaboradores

Nos últimos anos, as empresas da construção civil passaram a ter uma nova perspectiva sobre a adoção de práticas socioambientais nos canteiros de obras. O que os empreendedores encaravam como gasto tornou-se investimento com resultados sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental. A Pontal Engenharia é uma das empresas pioneiras em Goiás, no segmento da construção civil, a incorporar uma política clara de responsabilidade socioambiental. Há 26 anos no mercado, a construtora intensificou suas ações em 2007, com o desenvolvimento de um Sistema Integrado de Gestão (SIG), responsável pela implantação, acompanhamento e aferição de resultados de todos os processos concernentes à gestão da empresa. O SIG passou a ser uma referência na área e uma ferramenta gerencial de alta eficiência para o atendimento dos princípios da construção sustentável, alinhados aos requisitos de desempenho de programas de certificação e públicos voltados para a sustentabilidade.

Em 2012, a Pontal Engenharia conquistou o 1º lugar no Prêmio Socioambiental Chico Mendes; o 1º lugar no Prêmio Crea Goiás de Meio Ambiente, na modalidade Meio Socioeconômico; o 1º lugar nacional no Prêmio ECO 2012, da Amcham - Câmara Americana de Comércio -, nas categorias Sustentabilidade em Processos e Estratégia e Liderança e Inovação em Sustentabilidade. É dela também o 1º lugar no Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho (PSQT 2012), nível estadual, em duas categorias: Cultura Organizacional e Desenvolvimento Socioambiental, que acabaram por elegê-la a única empresa a representar Goiás no certame nacional com dois projetos. Há outros importantes, conferidos em 2011, quando a construtora arrebatou o Prêmio CBIC de Responsabilidade Social, pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção, órgão de instância máxima do setor; foi concomitantemente a vencedora do Prêmio Goiás de Gestão Ambiental e do Edital de Inovação Sesi Senai, com o apoio



Engenheiro civil Ivo Correa Faria e superintendente do Sesi Senai Paulo Vargas na premiação à Pontal Engenharia pelos projetos "Produção Mais Limpa e Sustentável com Resíduo Zero" e "Construindo um Mundo Melhor"

do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Por fim, o engenheiro civil e fundador da empresa, Ricardo Mortari Faria, foi condecorado com a Ordem do Mérito do Trabalho Getúlio Vargas, conferida pela Presidência da República, em reconhecimento à política social e de saúde e segurança adotadas pela empresa.

Benefícios ambientais e econômicos – Os prêmios foram carreados especialmente por dois projetos: o "Produção Mais Limpa e Sustentável com Resíduo Zero" e o

"Construindo um Mundo Melhor". Ambos tratam o moderno sistema de gestão desenvolvido pela empresa, espelham sua cultura interna, baseada em valores que priorizam a qualidade de vida e o bem-estar dos colaboradores e de suas famílias, bem como atendem aos interesses e necessidades das demais partes com as quais se relaciona no processo construtivo.

O Produção Mais Limpa e Sustentável com Resíduo Zero é um dos projetos mais recentes desenvolvidos pela Pontal Engenharia, e que

pelo seu diferencial socioambiental e econômico é o que mais tem conquistado prêmios. Iniciado em 2010, o projeto tem a meta ambiciosa de zerar o descarte do resíduo classe A, do tipo: restos de blocos, argamassas, concreto e outros das construções da empresa, pelo aproveitamento e reuso dos mesmos na própria obra. De acordo com o engenheiro civil Wesley de Andrade Galvão, esses resíduos voltam para a cadeia produtiva, sendo aproveitados como agregados em diversos componentes, como argamassas para fabricação de blocos e canaletas de concreto, rebocos, contrapisos, assentamentos, chapiscos, micro concretos sem função estrutural, como vergas, e para argamassas usadas como proteção mecânica de impermeabilização.

Os resultados obtidos nos seis primeiros meses de implantação do projeto indicaram uma redução de mais de 50% do descarte de resíduo classe A, em comparação com obras anteriores. A construtora economiza com custo de caçamba, descarte e destinação de entulho, deixa de pagar para retirá-lo e diminui a compra de agregados diversos, redução esta da ordem de 25%, diz o engenheiro civil Ivo Correa Faria. "Isso tudo proporciona economia significativa para os cofres da construtora, gerando ativos ambientais sem precedentes para a cadeia da construção civil", acrescenta. A construtora acabou por inserir diferenciais de sustentabilidade em seus

Líder entre empresas que mais crescem no Brasil

A Pontal Engenharia é a primeira construtora a receber cinco certificações conferidas pelo ICQ Brasil (certificadora acreditada pelo Inmetro) atestando a excelência de sua gestão e de seus processos construtivos. Ocupa o primeiro lugar na lista das empresas que mais cresceram nas regiões Centro-Oeste e Norte nos últimos três anos (2009 a 2011) e 26ª posição no ranking nacional das 250 empresas brasileiras que mais expandiram seus negócios no período, conforme pesquisa realizada este ano pela revista Exame PME e Deloitte, uma das maiores organizações de auditoria e consultoria do mundo. Para ser listada no ranking, a construtora passou por auditoria, a fim de comprovar os requisitos estabelecidos pela pesquisa 'As PMEs que Mais Crescem no Brasil'.

projetos, como o aproveitamento de água da chuva e instalação de energia solar, reduzindo o custo dos condomínios e aumentando a vida útil dos empreendimentos.

Qualidade de vida – A preocupação em garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável levou a Pontal Engenharia a desenvolver o projeto Construindo um Mundo Melhor, premiado no PSQT estadual e concorrendo à premiação nacional. A proposta do projeto é promover o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, por meio da melhoria da qualidade de vida, otimização e preservação dos recursos naturais e ambiente de trabalho seguro e saudável, que atenda as normas NBR ISO 14001:2004, NBR 16001:2004 (alinhada com a ISO 26000) e OHSAS 18001:2007.

Integram o projeto ações como alfabetização no canteiro de obras, ensino de jovens e adultos, cursos de qualificação e aperfeiçoamento profissional, biblioteca e inclusão digital no canteiro de obras, cursos de formação para esposas de colaboradores, espaço de lazer e descanso, alimentação balanceada, plantio de horta no canteiro de obras e doação de materiais de construção para reforma da moradia dos colaboradores. O Construindo um Mundo Melhor tem ainda Dia da Beleza, prática de ginástica laboral e tai chi chuan no canteiro de obras, ergonomia no ambiente de trabalho, entre outras iniciativas.

Prêmios conquistados em 2012

- 1º lugar no Prêmio Socioambiental Chico Mendes;
- 1º lugar no Prêmio Crea Goiás de Meio Ambiente, modalidade Meio Socioeconômico;
- 1º lugar nacional no Prêmio ECO 2012, da Amcham, categorias Sustentabilidade em Processos e Estratégia e Liderança e Inovação em Sustentabilidade;
- 1º lugar no Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho (PSQT), nível estadual, categoria Cultura Organizacional;
- 1º lugar no Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho (PSQT), nível estadual, categoria Desenvolvimento Socioambiental.



Pontal Engenharia monta arranjo produtivo para produzir bloco de concreto a partir de agregado reciclado. Objetivo da empresa é reduzir a zero os resíduos classe A



SILVIO SPINOLAS

O lixo é de todos

Com a perspectiva de sustentabilidade, Política Nacional de Resíduos Sólidos define normas para a destinação adequada dos resíduos, responsabilizando todos os entes geradores que fazem parte da cadeia do lixo



Cresce volume de lixo no planeta. Programa da ONU para o meio ambiente alerta: estamos sob a ameaça de uma "crise global de resíduos"

O volume de lixo gerado no planeta está crescendo: As cidades geram 1,3 bilhão de toneladas por ano. Em 2025, podem chegar a 2,2 bilhões de toneladas. Pnuma, programa da ONU para o meio ambiente alerta: "estamos sob a ameaça de uma crise global de resíduos"

Um dos grandes desafios a ser enfrentado por sociedades de todo o mundo é o que fazer com o lixo. O volume de lixo gerado no planeta está crescendo, num sinal claro de que as demandas de consumo também estão em ascensão. Em novembro, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou um alerta para que os governos tomem medidas urgentes para evitar o que chamou de ameaça de uma "crise global de resíduos". De acordo com o seu programa para o meio ambiente, Pnuma, as cidades geram 1,3 bilhão de toneladas de resíduos sólidos

Crescimento da população, aumento do consumo e destinação não adequada dos resíduos sólidos agravam problemas urbanos

anualmente, devendo chegar a 2,2 bilhões de toneladas até 2025. A situação ainda é mais crítica nos países pobres, onde, muitas vezes, o volume de coleta do lixo não alcança sequer a metade da quantidade gerada.

Foi em meio a esse cenário e depois de quase duas décadas de discussão que o Brasil produziu uma das leis de maior impacto social de sua história, a lei federal 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto 7.404, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e criou o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR).

A PNRS está fundamentada em um arcabouço legal moderno, que estabelece critérios de conduta próprios de uma sociedade avançada. A lei criou um marco, ao definir a responsabilidade compartilhada dos entes geradores, incentivar a reciclagem e a reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequados rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado), e instituir o sistema de logística reversa (LR). A política

também inovou ao criar mecanismos de inclusão social de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis na cadeia do lixo.

A lei define como sendo resíduos sólidos os materiais, substâncias, objetos ou bens descartados resultantes de atividades humanas em sociedade e estabelece uma ordem de prioridade para o gerenciamento dos mesmos, que consiste em: 1) Não geração, 2) Redução, 3) Reutilização; 4) Reciclagem, 5) Tratamento dos resíduos sólidos, 6) Disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Por sua vez, a logística reversa é a etapa mais complexa da cadeia de gestão dos resíduos sólidos. Ela se resume num conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e restituir os resíduos ao setor empresarial para reaproveitamento na cadeia produtiva. Nesse sentido, a PNRS definiu papéis no nível individual e coletivo e responsabilizou todos os entes geradores de resíduos no ciclo de vida dos produtos. O retorno destes após o uso pelo consumidor ocorrerá de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, porém, a lei permite que o

setor privado estabeleça parcerias remuneradas com o setor público para esse fim.

A política na teoria e na prática – A implantação da PNRS exige a formulação de planos de gestão de resíduos sólidos por parte dos entes federativos de todos os níveis e um sistema de informações que armazene, trate, forneça e gere dados para a cadeia de interlocutores do processo. A coordenação nacional da ação é do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e os planos, em qualquer nível federativo, devem estabelecer soluções integradas para a coleta seletiva, recuperação e reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos.

Os planos, cuja elaboração requer participação da sociedade, devem conter metas e estratégias sobre a destinação ambientalmente adequada dos resíduos. Estados e municípios podem elaborar planos microrregionais e específicos, direcionados a regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas. A lei concede ao poder público municipal o direito de instituir incentivos fiscais aos consumidores que participarem do sistema de coleta seletiva e privilegia com acesso aos

Lei determina que Ministério do Meio Ambiente, Distrito Federal, estados e municípios atuem de forma conjunta na sistematização de dados, disponibilização de estatísticas e indicadores referentes à gestão e gerenciamento de resíduos sólidos em todo o país

recursos da União, aqueles que optarem por soluções consorciadas na esfera intermunicipal para a gestão dos resíduos sólidos, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais. Ter o plano é condição prevista para que Distrito Federal, estados e municípios obtenham recursos da União ou por ela controlados, bem como para que sejam beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. Os planos terão vigência por prazo indeterminado, com horizonte de atuação de vinte anos, devendo ser revistos a cada quatro anos.

União, Distrito Federal, estados e municípios teriam até o dia 2 de agosto de 2012 para elaborarem seus planos e colocar a política para funcionar. Isto, no entanto, não aconteceu. Os governos ainda estão tentando mobilizar os entes sociais e a agenda das instituições da área ambiental está longe de atender a urgência imposta pelo decreto, que deu dois anos de prazo para que todos se adequassem. Outra determinação com data marcada é a extinção dos lixões, prevista para acontecer em 2014.

Custo das obrigações legais – Na cadeia do lixo, a indústria é uma das mais responsabilizadas. Conforme Wanderley Coelho Baptista, analista de Política e Indústria e gerente executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a política é vista pelo setor industrial como um marco legal estruturante e importante para o país, por trazer diretrizes, objetivos e instrumentos que tratam o tema resíduos sólidos de forma ampla. “Contudo, a lei pecou por não adotar mecanismos econômicos impositivos para contrabalançar o ônus que as indústrias terão de arcar com as novas obrigações”, diz ele. Dentre as exigências que mais atingem as empresas estão, pela ordem, a logística reversa, dada a sua complexidade; a falta de instrumentos econômicos claros de apoio às empresas e ao setor de reciclagem; a consecução dos planos de gerenciamento; a responsabilidade

compartilhada na concepção de produtos mais amigáveis ambientalmente; e a obrigatoriedade de informação a diversos entes competentes. “Tudo isso, levará a grandes mudanças internas, de processos e produtos”, avalia Wanderley Baptista.

Para se adequarem à lei, as empresas devem investir na estruturação de sistemas de logística reversa quando obrigadas, e nos produtos, para que sejam mais recicláveis e seus processos industriais mais eficientes, orienta o executivo da CNI. Se a empresa é licenciada, significa que cumpriu parte das exigências. Contudo, mesmo assim, seus planos de gerenciamento de resíduos deverão ser modificados para atender a lei. Segundo Wanderley Baptista as empresas precisam estar atentas às obrigações previstas na LR e no conteúdo dos acordos setoriais, que estão em fase final de discussão no governo. Cada tipo de produto deverá ter uma regra própria de LR. As pequenas indústrias, por sua vez, devem investir na prevenção, que é mais barato, seja adotando sistemas de gerenciamento ambiental simplificado ou conceitos de ecoeficiência para gerar menos resíduos. “É fundamental regulamentar medidas de simplificação dos planos de gerenciamento para as pequenas indústrias, bem como permitir e facilitar o acesso delas ao crédito, com juros subsidiados para investimento em ecoeficiência”, observa Baptista.

De acordo com a PNRS, fabricantes, importadores, distribuidores e vendedores de determinados segmentos estão obrigados a recolherem embalagens usadas dos produtos que comercializam. Se as embalagens forem aquelas contidas na fração seca do lixo, devem ser recolhidas seletivamente pelo poder público municipal e encaminhadas às centrais de triagem de resíduos. Para outras embalagens, como as de óleos lubrificantes usados e agroquímicos, as indústrias deverão investir em sistemas próprios de LR, o que já fazem, segundo Wanderley Baptista. Na opinião dele, é importante que o setor empresarial (indústria e comércio) invista

para que a separação seja feita da melhor forma e que utilize a mão de obra dos catadores, quando possível. As empresas também devem trabalhar para que o material separado seja adquirido pelos recicladores.

Será fundamental o incentivo dos governos municipais, estaduais, distrital e federal para que a reciclagem cresça em quantidade e qualidade, fortalecendo o setor reciclador e promovendo a reinserção dos materiais reciclados nas diversas cadeias produtivas. “Esse será talvez o maior desafio para o poder público”, acredita o executivo da CNI, Wanderley Baptista, que aconselha as empresas a preverem investimentos em ecoeficiência, como os programas de Produção Mais Limpa, em design ambiental de produtos e pesquisas de novos materiais que não utilizem ou gerem materiais perigosos, e que sejam menos impactantes.

Em entrevista à imprensa, o diretor de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Silvano da Costa, disse que o governo fechará acordos com cinco cadeias do setor privado em 2013 para viabilizar a coleta de materiais para reciclagem ou reutilização. Entre essas cadeias, está a de embalagens de plástico de óleos lubrificantes.

Cenário regional – Em Goiás, o comportamento da indústria foi destaque, ao registrar crescimento da ordem de 400% no número de empresas que passaram a dar destinação final adequada aos resíduos



Programa de coleta seletiva é adotado em todas as unidades da Fieg. Na foto, Adair Prateado Júnior mostra boneco criado nas oficinas do Sesi Senai

Principais pontos da PNRS:

- 1. Fechamento dos lixões até 2014:** No lugar deles devem ser criados aterros controlados ou sanitários.
- 2. Só rejeitos vão para aterros sanitários:** Apenas 10% dos resíduos sólidos são rejeitos, ou seja, não têm como ser reciclados. A maioria é orgânica, que em compostagens pode ser reaproveitada e transformada em adubo.
- 3. Instituição da logística reversa (LR):** Determinados produtos, após serem utilizados, voltam para a cadeia produtiva na forma de insumo e matéria-prima.

sólidos, desde que a política foi instituída, em 2010, conforme atesta o engenheiro sanitário Osmar Mendes, analista ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh). A projeção de crescimento consta do inventário que a secretaria realiza para poder elaborar o plano estadual de gestão dos resíduos sólidos, previsto para ser lançado em 2013. Os dados também apontam que 96% das cidades goianas não possuem aterro sanitário e que seus resíduos estão acumulados em lixões a céu aberto, a exemplo da maioria dos municípios brasileiros.

Para enfrentar os problemas e alavancar a política, a Semarh criou novos procedimentos e atualizou muitas de suas instruções normativas, além de contratar colaboradores oriundos de concurso público. Mas, segundo Osmar Mendes, é necessário o fortalecimento da instituição, que precisa crescer em estrutura física, recursos humanos e conhecimento para que as respostas às demandas sejam objetivas, considerando que se trata do órgão gestor da política ambiental no Estado. Em março de 2011, foi constituído o Grupo de Trabalho Interinstitucional, formado por segmentos com representatividade política no processo. Coube à Secretaria de Estado das Cidades o papel de ajudar os municípios na tarefa de construir seus planos, mas segundo o superintendente Ricardo Borges, a maioria não conseguiu elaborá-los.

Dentre as medidas tomadas para que a lei saia do papel estão os convênios firmados pela secretaria das Cidades com o Ministério do Meio Ambiente para apoiar consórcios públicos e com a Funasa, para construir galpões de triagem de materiais recicláveis nos municípios de Hidrolândia, Anápolis, Aparecida de Goiânia e na Capital. Com exceção dos de Goiânia, os demais galpões estão prontos, com equipamentos comprados, faltando apenas fechar os trâmites burocráticos e legais, como o termo de cooperação técnica com as prefeituras, para que estas façam concessões às cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis, informou a secretaria. Os consórcios públicos são o caminho para a implantação da coleta seletiva em 220 municípios e de soluções regionalizadas em 160 deles, como a construção de 40 aterros sanitários microrregionais. Para Ricardo Borges, a gestão consorciada é um imperativo, já que a construção de aterros sanitários individualizados, por exemplo, seria inviável para a maioria dos municípios, em razão da baixa concentração populacional.

Mobilização setorial – Os dados levantados pela Semarh indicando crescimento no número de empresas que passaram a dar destinação adequada aos resíduos sólidos refletem o engajamento da indústria no cumprimento da PNRS. Em Goiás, o setor de fármacos, sujeito a estruturar e desenvolver sistemas de logística reversa é representado pelo Grupo Temático de Medicamentos

(GTM-GO), liderado pelo presidente executivo do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), Marçal Henrique Soares. As ações para a mobilização em cumprimento à PNRS ocorreram com o lançamento, em agosto, da campanha para coletar medicamentos vencidos e sobras dos domicílios. Em curso simultaneamente em 13 estados das cinco regiões do país, a

campanha, que tem caráter amostral, objetiva coletar dados para subsidiar estudo de viabilidade técnica e econômica e definir o compartilhamento de responsabilidade para proposta de acordo setorial, cujo edital de chamamento será publicado em março de 2013.

A campanha acontece nas cidades de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis e se encerra em dezembro. Ao todo, são 150

pontos de coleta de medicamentos. O projeto elaborado pelo GTM-GO detalhando os segmentos envolvidos no processo e os procedimentos referentes às etapas de implantação da política serviu de referência para outros estados no desenvolvimento de seus planos de gestão, contou Marçal Soares.

A mobilização social tem ocorrido principalmente por meio da coleta seletiva, que

mesmo sendo obrigatória, vem ganhando adeptos por ensinar atitudes politicamente corretas. De acordo com Elaine Lopes Noronha Farinelli, assessora do Conselho Temático de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), não é arriscado afirmar que a maioria absoluta das indústrias hoje desenvolve programas de coleta seletiva. “Os programas acabaram servindo de instrumento de conscientização e motivação entre os colaboradores internos”, diz ela, que em sua entrevista na página 38 desta edição, conta como foi a implantação do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) nas unidades do Sistema Fieg, em 2009.

Os cidadãos, setores públicos e privados aprovam a Política Nacional de Resíduos Sólidos e os avanços preconizados por ela, com a quebra de paradigmas no contexto social, ambiental e econômico do país, impondo regras e novos hábitos de conduta para toda a sociedade. Mas reconhecem os desafios para sua efetivação. A política é comandada pelos governos da União, Distrito Federal, estados e municípios e está sustentada por um sistema articulado, que prevê a atuação conjunta dos entes federativos. Num país cheio de burocracia, com organismos públicos isolados em sua atuação, pouca transparência de informações, não habituado a trabalhar de forma conjunta e estratégica, com a visão de processos, será preciso muito esforço para mudar essas condições e avançar para um novo patamar de civilização, conforme expresso pela PNRS.



Enfeites natalinos produzidos a partir de materiais reciclados indicam o crescimento de negócios relacionados à cadeia do lixo

Ordem de prioridade na gestão de resíduos:

Não geração;

Redução;

Reutilização;

Reciclagem;

Tratamento dos resíduos sólidos;

Destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos.



QUEM PLANTA PRESERVAÇÃO, COLHE PREMIAÇÃO.

Em sua segunda edição, o Prêmio Ambiental de Boas Práticas Sustentáveis teve 523 inscritos, um salto de 728% em relação ao ano anterior. Os números comprovam o que já é uma realidade no município de Niquelândia: cada vez mais produtores rurais têm plantado preservação e colhido excelentes resultados.

Prêmio Ambiental de Boas Práticas Sustentáveis.

É a Votorantim Metais plantando conscientização e colhendo preservação.



II Prêmio Ambiental de Boas Práticas Sustentáveis



Sustentabilidade no canteiro de obras

Projetos socioambientais ganham corpo na empresa, estando a gestão do lixo incorporada no processo construtivo de todos os empreendimentos

A disposição de resíduos da construção civil em locais inadequados colabora para a degradação ambiental. Estima-se que a quantidade de resíduos gerados por construções seja cinco vezes maior do que o volume de material empregado nas obras. Em Goiânia, esse volume já supera o de lixo doméstico, atingindo o índice de 55%. A cada dia são recolhidas na Capital pelo menos 1.300 toneladas geradas por obras e reformas.

Considerando esses dados, percebe-se que sustentabilidade não é mais um diferencial, mas, sim, uma necessidade iminente na indústria da construção civil. Por isso, a EBM Desenvolvimento Imobiliário introduziu em sua estratégia de negócio uma forte preocupação com a legitimidade socioambiental de sua atuação. Por meio de suas políticas e princípios, a empresa acredita que a consciência ambiental, traduzida em medidas efetivas e realmente transformadoras, é capaz de agregar valor ao produto, inspirar inovações e, principalmente, estimular a consciência ambiental.

Um exemplo disso é o Programa de Gerenciamento e Disposição de Resíduos Sólidos, criado pela empresa em 2006. O plano apresenta métodos de segregação dos resíduos, com a padronização de práticas de gerenciamento nas suas obras, desde a varrição até o destino final.

Dessa forma, garante-se que o excedente das obras não vá para locais inadequados e degrade o meio ambiente. O plano determina métodos para a contabilização do resíduo gerado em obra e é modificado sempre que novas sistemáticas de redução e reutilização são possíveis. Assim, objetiva-se planejar, gerenciar e executar ações de minimização dos resíduos gerados durante todas as etapas de edificação. É a gestão do meio ambiente aliada à preservação ambiental, responsabilidade social e compromisso em atender as leis que regem o setor.

Os resíduos volumosos são compostos por materiais ferrosos, terra, areia, tijolos, gesso, argamassa, pedras, madeiras, papel,



Todas as obras contam com investimento prioritário na gestão dos resíduos sólidos

concreto e outros. Eles são identificados e classificados, no próprio canteiro de obras, seguindo roteiros específicos e seguros como coleta, acomodação e destinação final, considerando também o potencial de reaproveitamento de cada resíduo.

Cada tipo tem uma destinação específica. Os resíduos são distribuídos em baías, lixeiras e caçambas, conforme o tamanho e a quantidade de lixo gerado dentro do canteiro de obras, e são enviados para as cooperativas de reciclagem, empresas cadastradas e licenciadas, além da própria coleta municipal.

A empresa exige ainda de todos os seus fornecedores de caçamba o porte da licença ambiental, como forma de garantir a destinação final correta dos resíduos. Além disso, a EBM fechou este ano contrato com empresa referência em gestão de resíduos, em Goiânia, a Ecosólidos, que além de garantir a destinação final correta dos resíduos, reaproveita e recicla o resíduo de entulho para fabricar novos materiais para área da construção civil.

A questão do gerenciamento dos resíduos implica em uma mudança de comportamento,

já que as práticas ambientalmente responsáveis devem se tornar corriqueiras em todos os ambientes da empresa. "Por isso, a EBM investe na capacitação e no treinamento de cerca de 1.500 colaboradores, entre trabalhadores diretos e terceirizados, buscando conscientizá-los não somente dentro da organização, mas no convívio com a sociedade", destaca a coordenadora de Segurança e Meio Ambiente, Karla Almeida.

Para o sucesso do programa, todas as obras contam com o investimento prioritário na gestão dos resíduos, que possibilita adquirir e empregar materiais e tecnologias de origem responsável e sustentável. Os colaboradores recebem constantes treinamentos em educação ambiental, que abordam temas ligados a segurança, meio ambiente e saúde ocupacional, além de aprenderem o manejo adequado e responsável de todos os resíduos gerados. E para garantir o rigor na destinação correta dos resíduos, os projetos são auditados mensalmente, gerando índices e planos de ação para acompanhamento e gestão de cada obra.

UM MUNDO COM MAIS QUALIDADE DE VIDA, A EBM CONSTRÓI A CADA DIA.

Balanco Social Anual

2011

A EBM apresenta em seu Balanço Social Anual, com base na metodologia aplicada pelo Instituto Ethos, resultados que atestam seu compromisso com fornecedores, governo e sociedade e sua constante preocupação em aprimorar a qualidade de vida de clientes, colaboradores e comunidade, além da ativa atuação de responsabilidade ambiental da empresa.

Clientes

- Registro de 84,87% de satisfação dos clientes.
- Conquista do mais importante prêmio brasileiro de atendimento ao cliente, o Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, na categoria Construção Civil e finalista na categoria Empresa do Ano.

Colaboradores

- Conquista inédita do Prêmio Great Place to Work, consolidando a EBM como uma das melhores empresas para se trabalhar.
- Execução de mais de 10 projetos para o público interno.



Responsabilidade Ambiental

- Consumo de 65,81% de madeira certificada em 2011.
- Execução dos projetos: Consumo responsável de madeira, Gerenciamento de resíduos sólidos e Gerenciamento do impacto ambiental.

Comunidade

- Execução dos projetos: Obra Amiga do Vizinho, Projeto Tapume, Júnior Achievement, Arraiá Solidário e Natal Feliz.

Conheça a versão completa do Balanço Social Anual da EBM.
Acesse: www.ebm.com.br/balancosocial

62 4001-3600



EBM
DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO

MARCA empresarial

Por Margara Morais



Reduao de impactos ambientais pela industria e obtido com monitoramento, reciclagem, insumos renovaveis e reaproveitamento de gua

Industria reduz impacto ambiental

Levantamento feito pela Confederaao Nacional da Industria (CNI) e apresentado em junho, na Rio+20, mostra que a industria reduziu impactos ambientais de sua atividade nos ultimos 20 anos, em diversas cadeias produtivas, reciclando, usando insumos renovaveis e reaproveitando a gua. O Brasil ostenta um dos mais altos índices do mundo na reciclagem de embalagens de alumínio (97,6%). A celulose e o papel produzidos internamente provêem integralmente de florestas plantadas. A industria química reduziu em 47% suas emissoes de CO₂ em dez anos. A geladeira fabricada hoje no país consome 60% menos energia do

que a uma década atrás. A industria automobilística utiliza 30% menos água no processo de produçao. A sardinha enlatada brasileira  certificada pela FAO (Organizaao das Naoes Unidas para Alimentaao e Agricultura). O documento alinha os avanços de 16 setores da industria na conservaao do meio ambiente.

A CNI reivindica desoneraao tributária para a produçao que preserve o meio ambiente e que o sistema tributário considere a dimensao ambiental da atuaao das empresas, com corte de impostos para quem utilizar os recursos naturais de maneira eficiente e adotar modelos sustentáveis de produçao.

Políticas públicas

O Brasil experimenta um momento particular de sua história com a instituiao de políticas públicas que ficaram engavetadas durante anos nos gabinetes do governo e do legislativo, a exemplo das políticas nacionais de resíduos sólidos e de recursos hídricos. Esta última está sendo conduzida pelos comitês de bacia, responsáveis pela elaboraçao dos planos de gestão. A Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, considerada "a bola da vez" por sua localizaao estratégica e por concentrar 30% da demanda nacional de água, abrange parte dos estados de Goiás (65%), Minas Gerais (30%), Distrito Federal (3%) e Mato Grosso do Sul (2%).



Luciana Machado e Elaine Farinelli, da equipe técnica da Fieg, junto com representantes dos estados que integram o Comit da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Em um dos eventos ocorridos em 2012, o grupo  recepcionado pelo secretário executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Pedro Wilson Guimarães

Qualidade dos projetos

Gife (Grupo de Institutos, Fundaoes e Empresas) atesta melhora na qualidade dos projetos inscritos em editais, visando captar recursos.  que o número de candidatos a recursos cresceu e os investidores estão interessados em informaçoes relevantes, conteúdo bem estruturado, com objetivos, metas e projeao de resultados. Na esfera federal, o Ministério do Planejamento elaborou uma série de manuais, que ajudam os interessados na elaboraçao de convênios firmados com recursos do orçamento público federal.

Inclusão social

O Senai qualificou mais de 9 mil pessoas com deficiência no primeiro semestre de 2012. Os números são do Portal da Industria (www.cni.org.br) e indicam crescimento do programa de aoes inclusivas da instituiao. As áreas com maior demanda foram: gestão, metalmeccânica, tecnologia da informaçao, segurança no trabalho e construçao.

Curtas

- **Alberto Rassi** (HGG) trabalha para vir a ser hospital público sem papel (paperfree), tudo será informatizado.
- **Eco One** realiza palestras para divulgar tecnologia de biodegradaao anaeróbica do plástico.
- **Fundo de pensão norueguês** (Statens pensjonsfond), com ativos de US\$ 650 bilhões, muda estatuto para apoiar iniciativas de empresas dispostas a reduzir o desmatamento.
- **Laamento do projeto** Observatório Social de Goiria, em novembro, debate educaao fiscal. Objetivo  dotar gestores públicos e comunidade de instrumentos para o exercício do controle da aplicaçao dos tributos pagos pelo contribuinte.
- **Investimento social privado**  tema do ciclo de palestras promovido pela Fieg e Banco do Brasil na Capital, Goiria, e nas cidades de Rio Verde, Anápolis, Aparecida de Goiria e Itumbiara. Importante parceiro do projeto, o professor e palestrante Felipe Jorge Kopanakis Pacheco representa o Gabinete de Gestão de Interlocuao com os Movimentos Sociais da Secretaria de Estado da Casa Civil.



SÍMBOLOS

Líderes empresariais trazem valores éticos e morais para dentro do mercado

Em sua peregrinação para divulgar a Plataforma Liderança Sustentável o jornalista, escritor e publisher da revista *Ideia Sustentável*, Ricardo Voltolini traz para o público o debate sobre o tema da sustentabilidade, com suas implicações sociais, políticas, econômicas e ambientais. Nas palestras para grandes plateias, Voltolini mostra exemplos de pessoas que, em função de seus valores éticos e morais, estão quebrando paradigmas no mundo dos negócios e se tornando referência para seus colaboradores e para além deles. No livro, *Conversas com Líderes Sustentáveis* (Senac-SP, 2011), Voltolini conta a história de empresários que estão adiante de seu tempo, fazendo as mudanças acontecerem agora. Dentre os nomes exponenciais estão: Luiz Ernesto Gemignani (Promon), Guilherme Leal (Natura), Franklin Feder (Alcoa), Kess Kruythoff (Unilever), José Luciano Penido (Fibra), Oscar Clarke (HP), Fábio Barbosa (Abril), Miguel Krigsner (O Boticário), Paulo Nigro (Tetra Pak).

*Ricardo Voltolini é jornalista, escritor e publisher da revista **Ideia Sustentável**, autor de **Conversas com Líderes Sustentáveis**, diretor da consultoria **Ideia Sustentável – Estratégia e Inteligência em Sustentabilidade** e idealizador da **Plataforma Liderança Sustentável**.*

O que esses líderes têm em comum?

Uma das conclusões da Plataforma Liderança Sustentável é que líderes em sustentabilidade se distinguem dos demais por acreditarem, de verdade, nos valores que estruturam o conceito de sustentabilidade, utilizando-os como driver para a tomada de decisão, por praticarem a noção de interdependência entre os sistemas econômico, social e ambiental, por inserirem o conceito na gestão do negócio e criarem sinergia entre pessoas, sistemas e processos.

Liderança é tema difícil de explicar, mas fácil de entender. Especialmente quando se está diante dos problemas causados por sua ausência ou escassez numa empresa.

Em sustentabilidade, a liderança corresponde a uma variável fundamental de sucesso, talvez a mais decisiva entre elas. Isso ficou claro quando, dois anos atrás, após uma longa investigação com executivos de 30 empresas, constatei que a sustentabilidade avançara mais em companhias onde esta era vista como oportunidade e não risco, estava inserida na estratégia de negócio, havia uma preocupação de envolver públicos de interesse e comunicar-lhes o valor das iniciativas e – mais importante de tudo – existia um líder sentado na cadeira de presidente, pessoalmente envolvido com o tema e com o desafio de incorporá-lo à cultura organizacional. Não por conveniência, mas por convicção.

“Para uma empresa se denominar sustentável é preciso que tenha um líder que acredite no tema; que enxergue sob a ótica da oportunidade e não do risco, que insira os valores sustentáveis nas estratégias de negócio e que eduque visando inovar”

Que conclusão você tirou depois de entrevistar pessoas vistas como notáveis?

A experiência permitiu-me concluir que elas fazem a diferença porque se diferenciam dos líderes convencionais nos seguintes aspectos. Elas creem, de verdade – e não para constar – nos valores que definem o conceito de sustentabilidade, como o respeito ao outro, ao meio ambiente e à diversidade, têm apreço pelo diálogo, pela ética nas relações e pela transparência. Mais do que isso, praticam esses valores nos seus atos, escolhas e decisões de negócio. Zelasas, sabem que a coerência entre o que dizem e fazem é condição básica para gerar credibilidade e obter o compromisso necessário à inevitável mudança de cultura, sistemas, modelos e estratégias.

Nas empresas que dirigem, o chamado *triple bottom line* é mais do que um mantra corporativo entoado para agradar colaboradores, clientes e investidores. Antes disso, acreditam para valer na noção que dá suporte ao “triplo resultado”, a de interdependência entre os sistemas produtivo, social e ambiental. E são movidas por uma consciência de que essas três dimensões constituem não pedaços separados, mas elementos de uma visão mais ampla, essencialmente sistêmica, segundo a qual não se admite a ideia do lucro legítimo com prejuízos ao planeta e à sociedade.

Que condutas e valores são característicos desses líderes?

Eles cultivam a coragem para romper com modelos mentais moldados na velha economia e que resistem à ideia da sustentabilidade por razões filosóficas, mercadológicas ou operacionais. E têm persistência para conduzir as transformações inevitáveis, mostrando os benefícios concretos da sustentabilidade para o negócio e para a prosperidade da empresa nesses tempos de aquecimento global e consciência da finitude dos recursos naturais.

São, sobretudo, bons comunicadores da “causa” e hábeis mestres na arte de construir sinergias e ambiente favorável para a inovação advinda das bordas da empresa. humildes no melhor sentido da palavra, cientes de que, dados os desafios empresariais deste século, a capacidade de escuta mede mais a estatura de um líder do que a do discurso, eles entendem que líderes para a sustentabilidade equivalem a uma espécie de recurso renovável numa organização. E que seu papel é garantir que se renovem.

O que eles trazem de novo para o mercado e o que estão propondo?

A visão dos novos líderes se contrapõe à lógica economicocêntrica, fragmentada e cartesiana, característica da gestão de negócios do século 20, e oferecem como alternativa, uma perspectiva sistêmica, multidisciplinar e interdependente, segundo a qual o interesse do lucro não está acima nem pode vir em detrimento dos do planeta e da sociedade. Essa noção, decorrente de valores emergentes neste século 21, estabelece-se a partir da constatação de que os recursos são finitos, meio ambiente e comunidades não são – como se imaginava antes – “externalidades” e o planeta encontra-se em curso preocupante de aquecimento. Se para eles, assim como para a Ciência, a escassez potencial de insumos da natureza, junto com as mudanças climáticas põe em risco o futuro das próximas gerações, o que dizer da prosperidade dos negócios? A própria noção de prosperidade, como resultado direto de crescimento econômico, está na berlinda. E é esse o dilema a ser enfrentado hoje pelos governos e agentes de mercado.

Como criar a cultura de sustentabilidade:

Desenvolvendo uma visão clara do que a sustentabilidade significa para a empresa;
Educando os stakeholders de forma continuada;
Desenvolvendo e reforçando a liderança;
Estabelecendo uma visão de longo prazo.

**Como fica o conflito entre prosperidade econômica e restrição de consumo?**

Com a substituição de um modelo de desenvolvimento e de uma economia comprovadamente insustentáveis por um modelo e economia sustentáveis, que possibilitem geração de riqueza com equilíbrio ambiental e justiça social. Não vivemos mais, como no século 18, em que a Terra parecia grande e ilimitada. E os mercados acreditavam que sempre retirariam da natureza o que precisassem. Agora, os próprios líderes nos ensinam que as empresas precisam aprender a produzir de modo sustentável, os indivíduos precisam aprender a consumir de modo sustentável e os governos precisam estimular empresas e indivíduos a produzirem e consumirem de modo sustentável.

O modelo econômico baseado no consumo de combustíveis fósseis, no carro como senhor da mobilidade e em produtos descartáveis tem, portanto, os seus dias contados. A nova economia precisará ser erigida em torno de energias renováveis, de sistemas de transporte diversificados e da ideia de reuso e reciclagem de todos os materiais. Alterar a rota é urgente e, principalmente, viável na medida em que a humanidade dispõe de tecnologia e capacidade política suficientes. Resta saber, no entanto, se está preparada para fazê-lo “em velocidade de tempos de guerra”.

Qual é a ótica do mercado hoje em relação à sustentabilidade?

A ótica da oportunidade e não do risco. Já não se busca mais ser sustentável para evitar perdas (recursos naturais, eficiência, reputação, imagem e ambiente de negócios), mas para inovar e obter lucros. As empresas que avançaram na inserção do conceito em seus negócios estão investindo em pesquisa, desenvolvimento e inovação de processos, produtos e serviços.

Plateia atenta sobre questões relativas à sustentabilidade aplaude valores dos líderes que estão revolucionando as empresas, em todo o mundo

Uma nova cultura implica em:

Profunda revisão ética no modo de pensar e realizar negócios em um mundo caracterizado pela escassez de recursos, crescente desigualdade social e um planeta sob ameaça de desastrosa intervenção humana.

Mudanças em princípios e práticas, reengenharia de processos, modelos de produção e consumo, envolvimento e mobilização de públicos de interesse.

Empresas e indivíduos assumindo responsabilidades sociais e ambientais.



Lixo, resíduos ou oportunidades?

Por Adriana Cunha

A gestão de resíduos sólidos é uma temática que ganha cada vez mais espaço nas cidades, empresas, grupos organizados e até nas famílias. Pouco a pouco, com as pessoas mudando seus conceitos sobre o que antes era considerado lixo, a sociedade vivencia ganhos importantes para o meio ambiente. Ainda estamos no começo, mas todas as iniciativas rumo a esta transformação são bem-vindas.

Se pensarmos que toda atividade realizada pelo ser humano produz algum resíduo, temos duas vertentes. A primeira é a de uma visão poluidora e complexa, num cenário de difícil solução, especialmente em função dos novos hábitos de consumo que o Brasil vem experimentando nos últimos anos. A segunda é apoiada num momento de oportunidades. Afinal, diversos projetos que abordam a gestão planejada e integrada dos resíduos têm se consolidado como alternativas viáveis, além de apontarem para novas oportunidades de negócio, geração de renda e preservação do meio ambiente.

Não queremos aqui, diminuir o impacto ambiental negativo causado pela disposição inadequada dos resíduos ao meio ambiente, tanto no passado, quanto no presente. Pelo contrário, este resulta em fatores restritivos para o desenvolvimento, ao interferir diretamente na qualidade de vida, saúde, economia e meio ambiente.

O fato é que aumentou o consumo e a produção nas indústrias brasileiras, mas também surgiu uma gama de setores especializados em reciclagem, artesanato, geração de energia limpa e até na construção civil, para citar apenas alguns. Há também uma crescente cadeia de profissionais e prestadores de serviços se especializando para difundir novas práticas sustentáveis.

Oportunidades estão por toda a parte, a começar pelos shoppings centers. Com o crescimento da nova classe média brasileira, esses

“Medidas simples, somadas a projetos grandiosos, sejam de baixa ou de alta complexidade, pouco a pouco ganham espaço nas empresas”

estabelecimentos caíram no gosto popular, acarretando um grande fluxo de pessoas e também um volume cada vez maior de resíduos. Com a falta de segregação, artigos recicláveis e resíduos perigosos têm sido encaminhados indevidamente para aterros sanitários ou até mesmo para lixões. Isto porque, assim como em grande parte das cidades brasileiras, a maioria dos shoppings no país não possui um Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

Dados da Associação Brasileira de Shopping Centers – Abrasce – apontam que, atualmente, o Brasil possui mais de 445 shoppings em funcionamento, somente na região Centro-Oeste são 41, dos quais 15 estão localizados em Goiás. Porém, em meio a este cenário, empresas como o Flamboyant Shopping Center, em Goiânia, enxergaram oportunidades. Em 2007, nasceu o Programa de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS). Numa iniciativa pioneira, o trabalho envolveu a consultoria da Escola de Engenharia Civil da Universidade Federal de Goiás, através do Núcleo de Resíduos Sólidos e Líquidos, o Instituto Flamboyant, lojistas e colaboradores, todos convidados a participar ativamente da elaboração do plano. Várias sugestões foram recebidas e analisadas, principalmente porque envolviam quem atuaria diretamente no processo.

Nesse contexto, o gerenciamento de resíduos sólidos do Flamboyant Shopping Center tornou-se uma poderosa ferramenta de contribuição para a preservação do meio ambiente, ao englobar um ciclo orientado para a redução,

reutilização e reciclagem. Como resultado, o shopping adequou a capacidade do sistema de acondicionamento externo à geração diária de resíduos internos, implantou recipientes seletivos em todos os ambientes, adotou medidas para minimizar resíduos e também maximizou a comercialização dos recicláveis.

A análise dos resíduos contempla desde o óleo gerado nas praças de alimentação, passando pela destinação dos mais diversos materiais – lâmpadas, baterias, resíduos das construções, papel e derivados, plástico, latinhas de alumínio e garrafas pet, até a separação de materiais infectocontagiosos, proveniente das farmácias, e também uma melhor orientação para o reaproveitamento. Como exemplos deste último, capins e plantas são transformados em adubo e, posteriormente, utilizados no paisagismo, pneus de automóveis viram móveis, madeiras são doadas a instituições que trabalham com artesanato ou marcenaria.

Muito além de atender à legislação ambiental, a proposta é difundir o reuso e a reciclagem dos resíduos, capacitar colaboradores e lojistas a aplicar novas práticas e também estendê-las às suas comunidades e lares. Atualmente, todos os recursos gerados pelo PGIRS são revertidos em projetos socioambientais realizados pelo Instituto Flamboyant, que beneficiam a sociedade e também colaboradores do empreendimento.

Medidas simples, somadas a projetos grandiosos, sejam de baixa ou de alta complexidade, pouco a pouco ganham espaço nas empresas, numa corrente onde todos saem ganhando. O meio ambiente agradece.



Sustentabilidade no Flamboyant.
Plantamos uma ideia que só faz crescer.



O Flamboyant Shopping Center, através do Instituto Flamboyant, desenvolve diversas ações socioambientais que envolvem funcionários, clientes e toda a sociedade. Essas ações estão ajudando Goiânia a se tornar uma vitrine para o mundo. Saiba mais em www.institutoflamboyant.org.br.

Adriana Cunha (meioambiente@institutoflamboyant.org.br) é integrante do Conselho Temático de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado de Goiás – Fieg – e coordenadora de Gestão Ambiental no Instituto Flamboyant

Acesse:   
www.flamboyant.com.br


FLAMBOYANT
O Shopping de Goiás.

Certificações traduzem conquista e reafirmam compromissos

Empresa conquista as certificações dos sistemas de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança do Trabalho. O benefício repercute para muito além de seus canteiros de obras

Uma atuação em sintonia com os princípios da sustentabilidade e que valoriza o capital humano, assim pode ser resumido o significado de duas certificações que a Toctao Engenharia acaba de conquistar: a do Sistema de Gestão Ambiental, ABNT NBR ISO 14001:2004, e a do Sistema de Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho, OHSAS 18001:2007. Agora, a empresa une os dois títulos à certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, baseado nos requisitos das normas ABNT NBR ISO 9001:2008 e PBQP-H Nível A, com foco no cliente e na melhoria contínua dos produtos e serviços prestados.

A busca pelas novas certificações aconteceu por uma consequência natural dos princípios e conduta da empresa, pautados nos valores da ética e da responsabilidade no relacionamento com o meio ambiente e com o ser humano. Ao longo de sua história, a Toctao Engenharia desenvolveu diversos projetos e ações que contribuíram com a preservação ambiental e o desenvolvimento de seus colaboradores. Foi a construtora que realizou o primeiro empreendimento residencial com reaproveitamento de águas das chuvas em Goiás, fato que lhe rendeu reconhecimento nacional com o Prêmio Eco, da Amcham – Câmara Americana de Comércio. O projeto foi replicado em outro empreendimento da empresa, o Ambient Park Residencial, que fica em frente ao Parque Bernardo Élis.

Mudanças na cadeia produtiva - Ana Clara Schreiber, coordenadora do Sistema de Gestão Integrado (SGI) explica que as certificações trouxeram um avanço para a empresa, especialmente no que tange à formalização dos processos ligados ao meio ambiente e à saúde e segurança do trabalhador. "O registro e o acompanhamento desses processos nos dão condições de analisar e avaliar o Sistema de Gestão, identificando oportunidades de melhoria e implementando-as", explica. Os fornecedores também tiveram de fazer adequações, pois para se desenvolver uma obra ecologicamente correta não bastava alterar os processos internos e aprimorar medidas



Colaboradores com melhor desempenho são promovidos e premiados, a exemplo de José Jailson Batista, ao lado dos engenheiros Iury Romano e Luis Eduardo Pimentel

para diminuir o desperdício de materiais ou fazer a coleta seletiva, era necessário monitorar a matéria-prima das construções desde a sua extração, para saber se foram executadas dentro das normas ambientais. Projetos de reciclagem e implantação de canteiros de obras com recursos sustentáveis, como o aquecimento solar de chuveiros e iluminação com garrafas pet foram outras medidas implantadas que geraram, ainda, a conscientização dos próprios trabalhadores.

Já no campo da saúde e segurança do trabalho, o maior desafio foi reforçar o envolvimento dos colaboradores com seu autocuidado, uma vez que empresa já seguia todas as normas da área. "Para sensibilizar nosso pessoal, realizamos atividades constantes, como a premiação por segurança, organização e limpeza dos canteiros, além de um check-list periódico para saber se as obras estão seguindo os procedimentos definidos", explica José Antônio Ferreira de Jesus, coordenador de saúde e segurança.

Para o diretor da empresa, Alan Alvarenga Menezes, as certificações são mais um passo da Toctao Engenharia rumo ao desenvolvimento

sustentável, concretizando um momento de maturidade estrutural, além de reafirmarem os compromissos da empresa com a sociedade. "Estou convencido de que as certificações favorecem nossa competitividade e geram impactos econômicos que vão além da valorização da imagem da empresa. Elas organizam os processos, evitam o retrabalho. Ainda há quem considere as certificações como custo, mas para nós são investimento", diz.

Sobre a empresa

A Toctao faz parte de um grupo que possui participação em diferentes setores da engenharia. Além de estar presente nos segmentos de desenvolvimento urbano, construção e incorporação imobiliária, o grupo atua nas áreas de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica. Também tem vasta experiência na construção de obras comerciais, usinas hidrelétricas e shoppings centers.

Excelência certificada

A Toctao parabeniza e agradece todos os seus colaboradores pela conquista das certificações do Sistema de Gestão Ambiental **ISO 14001** e do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho **OHSAS 18001**.

Com o Sistema de Gestão da Qualidade certificado nas normas ABNT NBR ISO 9001 desde 2001 e PBQP-H Nível A desde 2003, a Toctao Engenharia acaba de conquistar as certificações do Sistema de Gestão Ambiental e do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, pelo Instituto Falcão Bauer da Qualidade, de acordo com as normas ABNT NBR ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007.

Para a Toctao, a busca pela melhoria contínua e o respeito ao meio ambiente, à sociedade e ao ser humano são condições fundamentais para uma atuação responsável, pautada pelos princípios da sustentabilidade e valorização das pessoas.



WWW.BLOGDOLIXO.COM.BR

UM ENDEREÇO
PARA CONSUMIDORES,
EMPRESAS,
GOVERNOS E
TERCEIRO SETOR
DIALOGAREM
SOBRE A
GESTÃO DO LIXO.



COMUNICAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

APOIADORES

magrela⁸⁰
COMUNICAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 ONZE
COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA

SínteseCom
COMUNICAÇÃO



Vamos construir juntos um veículo de comunicação para a sustentabilidade.

5



QUANDO É QUE  VIRA ?

Com o Programa "5 Menos que são Mais"

Você aprende a minimizar os gastos com água, energia, matéria-prima, diminuir a poluição ambiental com menor geração de resíduos e ainda a reduzir as despesas de sua empresa. Procure o Sebrae agora mesmo e descubra que existem soluções de sustentabilidade desenvolvidas para você melhorar a imagem e a lucratividade do seu negócio.

Informações: "PROGRAMA 5 MENOS QUE SÃO MAIS"

www.sebraego.com.br

0800 570 0800



Sistema Fieg dá exemplo em coleta

Programa de gerenciamento de resíduos sólidos implantado pelo Sistema Fieg antecedeu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e denota a ação pró-ativa da entidade nas questões socioambientais

por Daniela Ribeiro

O Sistema Fieg antecipou-se à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) ao iniciar, em 2010, a implantação do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) em todas as suas unidades. As ações já resultaram na coleta de mais de 24 toneladas de lixo reutilizável, doado ao Hospital Araújo Jorge e Associação Pestalozzi de Goiânia. A quantidade corresponde a duas viagens de caminhão que deixam de ser feitas pela Comurg, companhia municipal responsável pela coleta de lixo na Capital.

O projeto foi implantado após diagnóstico realizado nas unidades do Sistema Fieg no início de 2009. "A instituição tem credibilidade em questões ligadas à área ambiental, o que nos obriga a ser referência para empresários, trabalhadores, alunos e para a própria sociedade, cada dia mais consciente da importância do assunto", afirma a assessora do Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg, Elaine Fari-nelli, coordenadora do programa.

As doações de materiais recicláveis pelo Sistema Fieg, por empresas e indústrias beneficiam crianças, jovens, adolescentes e adultos da Associação Pestalozzi de Goiânia.

Gestora de projetos da entidade, Sirle-ne Crispim Vieira Praxedes diz que as doações ajudam a entidade a cumprir seu papel social de formar pessoas com deficiência, conscientes de seu dever de cidadão e com o meio em que vivem.

Visão de sustentabilidade – As ações desenvolvidas nas unidades do Sistema Fieg vão além da coleta seletiva do lixo.

O Sesi Aruanã, complexo de lazer instalado às margens do Rio Araguaia, utiliza energia solar para o aquecimento da água das duchas de seus 66 apartamentos.

A Unidade Integrada Sesi Senai Aparecida de Goiânia reutiliza a água das piscinas na irrigação dos jardins. A Escola Senai Dr. Celso Charuri reaproveita a água da chuva nas descargas dos banheiros, limpeza e irrigação dos jardins. No Sistema Fieg,

foram descontaminadas mais de 5,2 mil lâmpadas fluorescentes para descarte.

Com a proposta de contribuir para o desenvolvimento sustentável das indústrias goianas, o Senai implantou o Núcleo de Meio Ambiente e Higiene Industrial. A unidade está instalada na Escola Senai Vila Canaã, em Goiânia, e presta atendimento a indústrias com serviços de monitoramento, licenciamento e diagnóstico ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas, implantação de programas de produção mais limpa, entre outros.

O que os estudantes aprendem no ambiente escolar é propagado no meio familiar e na comunidade

Durante todo o ano, o Sesi realiza oficinas de artesanato utilizando materiais recicláveis como garrafas pets e jornais. Com a proximidade do Natal, a instituição oferece curso na modalidade de Educação Continuada, em que os participantes aprendem a fabricar árvores de Natal, bonecos de neve e anjos.

Motivação contagiante – Todas as unidades do Sesi Goiás estimulam a preservação do meio ambiente e a prática da solidariedade. Além de proporcionar aos alunos o aprendizado sobre a separação do lixo produzido na escola, a temática é trabalhada nas salas de aulas durante todo o ano, por

meio de livros, concurso de redação, como o Ecoleitura, e atividades propostas pelos professores. "A diferença no processo de educação está na conscientização dos valores humanos e no respeito ao meio ambiente", afirma a professora do 5º ano do Sesi Canaã Maria Eneida Gomes Marques. Segundo ela, depois que o tema começou a ser trabalhado nas salas de aula, os estudantes mudaram suas atitudes. "Tem aluno que faz a reciclagem no meio familiar e briga com o vizinho que está desperdiçando água. As crianças de hoje não são presas ao seu quadrado, elas têm noção da situação do mundo e do meio em que vivem", opina a professora.

A coordenadora pedagógica, Joseane Silva ressalta a importância de a conscientização ambiental começar na escola. "Além de abranger um maior número de pessoas, as crianças crescem incorporando novos valores", diz. Antes da implantação do PGRS, o pátio da escola ficava sujo após o recreio. Agora, os mais de 1,3 mil alunos se sentem responsáveis pela qualidade do ambiente e destinam adequadamente os resíduos que geram na escola.

O que os estudantes aprendem não fica restrito ao ambiente escolar. Muitos levam as mudanças para o meio familiar e estimulam os pais a adotarem práticas de preservação do meio ambiente. É o caso de Maria Eduarda Silva Caetano, do 5º ano do Sesi Canaã. Aos 11 anos, ela aprendeu a separar o lixo e economizar energia elétrica. "Sugeri aos meus pais que fizéssemos a separação do lixo na nossa casa e eles concordaram. Antes eu tomava banho de quase duas horas, agora não demoro nem dez minutos", diz ela.

A mesma atitude foi tomada por Rafael Martins Bezerra, de 11 anos. "Eu até cantava enquanto estava embaixo do chuveiro. Agora só fico o tempo necessário", conta. O estudante também passou a desligar a TV quando não tem ninguém assistindo e apagar as lâmpadas. "Já me conscientizei e passo o que aprendi para frente."

Os 1.167 alunos do Sesi Planalto são mobilizados pelas ações do projeto Sala Nota 10, iniciativa que visa estimular o cuidado com o patrimônio da escola, a redução do lixo e o descarte adequado do material escolar no final do ano letivo. As turmas do 1º ao 9º ano são monitoradas pelos professores e estudantes, chamados de Cuidadores da Escola.

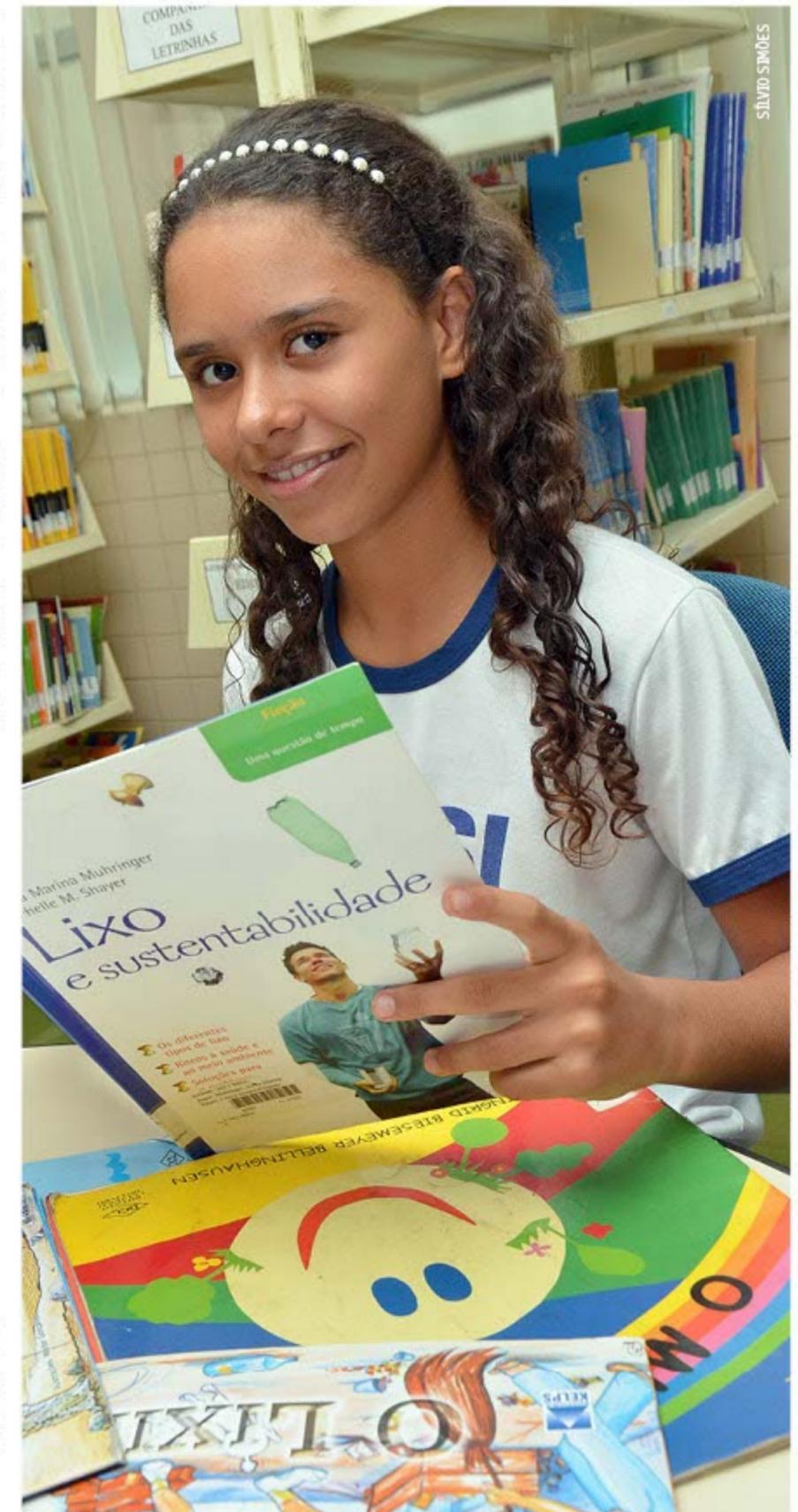
Durante todo o ano, os professores avaliam as salas de aula e se há pontos negativos eles são discutidos com os alunos, e as melhorias, apontadas. "Tentamos passar para eles a importância de cuidarem daquilo que usam e estimulá-los a propagar esses ensinamentos", ressalta a psicóloga da unidade, Adelade Moraes.

Por meio de um projeto que visa reduzir a conta de energia elétrica, Joaquim Felipe, de 14 anos, conseguiu economia de 20 reais em sua casa. "Conversei com meus pais e adotamos medidas para que isso ocorresse."

A professora responsável pelo projeto, Helena de Carvalho, diz que as atitudes têm efeito em cadeia. "Os alunos se tornam contaminadores e contaminam outros estudantes com suas ideias, que por sua vez influenciam seus familiares e o meio em que vivem".

Professores avaliam as salas de aula e incentivam a responsabilidade compartilhada entre os alunos

Conscientização dos valores humanos e respeito ao meio ambiente fazem parte da política educacional do Sesi para a juventude, a exemplo de Maria Eduarda



Empresa ganha prêmio por educação e desenvolvimento socioambiental

Serviço Social da Indústria reconhece com Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho 2012 investimento da Yamana em capacitação, saúde, lazer e cultura nas comunidades de Goiás

A Mineração Maracá Indústria e Comércio (MMIC), empresa da Yamana, foi vencedora de dois prêmios na 15ª edição estadual do Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho 2012 para empresas de grande porte. A solenidade foi realizada em outubro, em Goiânia, e contou com a participação de 21 empresas de diversos segmentos: indústria, comércio, mineração e serviços. "Foi uma honra receber tal homenagem. Este reconhecimento confirma o compromisso de toda a equipe em cumprir políticas de relacionamento com as comunidades, além de desenvolver profissionalmente os nossos empregados", comemora o gerente geral da unidade, Carlos Eduardo Paraizo.

Os prêmios foram relativos às categorias Desenvolvimento Socioambiental, por conta da realização do Dia Integrar, e Educação e Desenvolvimento, devido aos cursos técnicos e profissionalizantes oferecidos às comunidades de Alto Horizonte, Nova Iguaçu de Goiás e Campinorte.

Tradicional nas cidades próximas às suas operações e unidades, o Dia Integrar é um programa de responsabilidade social da mineradora, que oferece diversos serviços gratuitos nas áreas de saúde, lazer, meio ambiente e cidadania. Em 2011, houve quase 18 mil atendimentos em Alto Horizonte, entre os quais, médicos, odontológicos, vacinação, emissão de documentos, financiamento de moradia, ginástica e música.

Com foco no aproveitamento da mão de obra local e capacitação dos moradores, a MMIC ministra diversos treinamentos especializados em parceria com renomadas instituições de ensino. Este ano, inaugurou o Núcleo de Desenvolvimento Profissional em Alto Horizonte e oferece cursos como: assistente administrativo, eletrotécnica, eletroeletrônica, eletricitista, mineração e mecânica. "Neste espaço, haverá diversas estruturas com aulas técnicas, de aprendizagem e formação específica, ministradas em um local agradável e excelente estrutura", conclui Wilson Borges, gerente administrativo da Mineração Maracá.



Equipe comemora premiações: Guilherme Araújo (Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Comunidades), Carlos Eduardo Paraizo (Gerência Geral), André Oliveira (Recursos Humanos), e Wilson Borges (Gerência Administrativa)

Empresa inaugura Núcleo de Desenvolvimento Profissional em Alto Horizonte e, em parceria com o Sesi Senai, oferece oportunidade de formação e capacitação da mão de obra local em áreas de forte demanda no mercado

Sobre a Yamana

A Yamana é uma empresa produtora de ouro, com sede no Canadá. Tem significativa produção de ouro e áreas para produção deste metal em estágio de desenvolvimento, além de áreas em pesquisa e direitos no Brasil, Chile, Argentina, México e Colômbia. O plano da Yamana é continuar a crescer a partir dessa base, por meio da expansão e aumento da produção das minas em funcionamento, do desenvolvimento de novas minas, e de avanços nas áreas de pesquisa, permanecendo atenta a outras oportunidades de consolidação de operações com ouro, com foco primário nas Américas.

Mão de obra local: prioridade da Yamana

A mineradora tem como meta preencher 85% das vagas com moradores das regiões onde atua. Na Mineração Maracá Indústria e Comércio (MMIC), isso já é uma realidade!

Para reforçar este objetivo, a empresa inaugurou o Núcleo de Desenvolvimento Profissional em Alto Horizonte, oferecendo cursos em diversas áreas.



Estrutura:

- ✓ 1 auditório
- ✓ 3 salas de aula
- ✓ 1 laboratório de mecânica
- ✓ 1 sala de reuniões

Cursos:

- ✓ Assistente Administrativo
- ✓ Técnico em Eletrotécnica
- ✓ Técnico em Mineração
- ✓ Técnico em Mecânica
- ✓ Mecânico de Manutenção em Máquinas Pesadas

Educação ambiental é ponto de partida

Logística de gestão de resíduos envolve colaboradores e o espírito de responsabilidade compartilhada é disseminado em seminários e treinamentos

Em 2005, antecipando-se à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a Caramuru Alimentos implantou seu sistema de gestão de resíduos sólidos, época em que foi certificada pela NBR ISO 14001:2004 (gestão ambiental). Um ano antes, a empresa já colocara em funcionamento a sua Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) e inserido, em 2008, o processamento do bagaço da cana-de-açúcar como combustível no aquecimento de suas caldeiras. A gestão dos resíduos abrange as rotinas de coleta seletiva, armazenamento e disposição de resíduos, e envolve todos os colaboradores.

As responsabilidades são compartilhadas, de forma que cada setor fica encarregado da disposição dos resíduos gerados em seus respectivos ambientes de trabalho. A empresa dispõe de coletores, identificados conforme o tipo de resíduo e localizados em pontos estratégicos. Os colaboradores da área de Serviços Gerais são responsáveis pela coleta dos resíduos recicláveis e pelo lixo doméstico, enquanto que o controle da saída de todos os resíduos e a documentação da disposição final é da área de Gestão da Qualidade, conforme atesta a analista ambiental da Caramuru, Thaís Ribeiro. "Os resíduos que saem da indústria são quantificados e controlados por peso ou unidade e enviados para caçambas específicas, sendo posteriormente encaminhados para a central de resíduos recicláveis", diz ela.

Em atendimento à legislação, a empresa conta com central de resíduos recicláveis e perigosos. Esses últimos têm tratamento diferenciado, sendo a destinação final e o transporte realizados por empresa licenciada pelo órgão ambiental do estado a que estiverem vinculadas. A operação é feita mediante a Autorização de Transporte de Resíduo Especial (ATRE), acompanhada do Certificado de Destinação de Resíduos Especiais (CDRE), conforme explica Thaís Ribeiro. Anualmente, a área de Gestão da Qualidade, em parceria com empresa terceirizada, elabora novo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), o qual é submetido à apreciação da



Treinamentos envolvem colaboradores e despertam neles a cultura da sustentabilidade

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh). Até o lodo proveniente do processo de tratamento de efluentes da ETE tem destinação adequada.

De acordo com Thaís Ribeiro, a empresa hoje gera os seguintes resíduos: lodo proveniente do tratamento de efluentes da ETE e auxiliar de filtração e Terra Clarificante, utilizados nos processos de lecitina e refino de óleos. Ambos são destinados à própria caldeira da indústria e agregados na biomassa que alimenta a fornalha. A experiência, aprovada pela Semarh, gerou ganhos para a empresa na redução de volume e logística e permitiu à Caramuru eliminar a presença de óleo vegetal nos resíduos enviados à destinação final. O sistema de gestão ambiental inclui a adoção de indicadores e metas, e está alinhado com as exigências legais e de certificação.

No desenvolvimento de novos processos, bem como de produtos, a empresa identifica previamente os potenciais resíduos que poderão ser gerados e os mecanismos capazes de diminuir os impactos decorrentes deles no meio ambiente.

Conscientização e motivação

No ano passado, a Caramuru realizou treinamento com 1.028 colaboradores internos, com o objetivo de interagi-los com a cultura de sustentabilidade implantada e nivelar conceitos acerca de questões ambientais. A ação foi desenvolvida a partir de demandas identificadas em diagnóstico situacional. A analista ambiental Thaís Ribeiro, diz que o evento alimentou o sentimento de orgulho dos colaboradores em trabalhar na Caramuru e elevou positivamente a imagem da empresa no município. "A adesão dos colaboradores ao programa de educação ambiental indica que estamos construindo uma nova cultura, com foco na sustentabilidade", diz ela. Thaís Ribeiro ressalta o comprometimento dos líderes com os resultados da empresa e a participação deles no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos.

Agir com Responsabilidade Socioambiental é possível!

A Jaepel

A Jaepel é uma empresa que desenvolve e produz embalagens de papelão ondulado nas linhas de papéis Kraft liner, White top liner, Test liner e JaeLiner (alta resistência e elevação de testes físicos). Mais do que produzir papéis e embalagens, a empresa traz consigo o cuidado de disseminar a cultura da preservação ambiental e garantir que este mesmo cuidado esteja presente em todas as etapas da cadeia produtiva da qual a Jaepel faz parte.

Ação na comunidade

Com o intuito de ampliar a participação da sociedade nas questões ambientais, foi estabelecida entre a Jaepel e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA), de Senador Canedo/GO, uma parceria que beneficia tanto a comunidade quanto os interesses socioambientais da empresa.

No dia 27 de setembro, na biblioteca Municipal Arlete Tenório de Castro, foi lançada pela SEMMA a campanha de Coleta Seletiva no município. O programa, que entrou em vigor no dia 1º de outubro, idealiza a coleta seletiva em Senador Canedo, cidade sede da indústria e residência de 85% dos seus colaboradores. A parceria representa a contribuição da empresa com a doação de PEV's (pontos de equipamento voluntário), distribuídos nos principais locais da cidade, e também na construção de um galpão, onde a cooperativa local de catadores vai receber o material (lixo sólido) recolhido nas residências.

Além da preocupação com o meio ambiente, essas ações contribuirão para evitar a poluição visual e a contaminação do solo e de cursos hídricos. O objetivo é fazer a destinação e o acondicionamento adequado do lixo, criar postos de trabalho para a mão de obra local e consequentemente gerar emprego, renda e melhores condições de vida ao trabalhador.

É a Jaepel fazendo seu papel na construção de uma sociedade mais equilibrada.



Deputado estadual Misael de Oliveira, prefeito de Senador Canedo Túlio Sérgio, secretário do Meio Ambiente Roberto Lopes e diretor de operações da Jaepel Ronaldo Thibes



Catadores de futura cooperativa de reciclagem conhecem o processo de fabricação do papel e as instalações da Jaepel



Modelo de PEV doado pela Jaepel



Projeto promove inclusão cultural de grupos heterogêneos

Cerca de 3 mil pessoas que não têm acesso à arte e à cultura foram beneficiadas com o projeto Plateia Social, ação inédita, que congrega pessoas de todas as faixas etárias

Projeto inédito de inclusão social e cultural, lançado pela organização social Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (Idtech), já beneficiou cerca de 3 mil pessoas que nunca tiveram acesso à arte, em apenas cinco meses. Em doze edições, foram levados grupos de diferentes realidades para peças teatrais de alto nível, espetáculo internacional de dança, apresentações circenses e exposição.

O Plateia Social consiste em promover a inclusão por meio da cultura a quem, por algum motivo, seja por questões financeiras ou físicas, não pode ir a um espaço voltado para a arte. Os beneficiados são grupos heterogêneos, formados por crianças, jovens, adultos e idosos. O espetáculo e a classificação etária recomendada definem o perfil do grupo.

Foram beneficiadas entidades como o Centro de Valorização da Mulher (abriga vítimas de violência doméstica), Condomínio Sol Nascente (abriga crianças vítimas de abandono e maus tratos), Vila São Cotolengo (assiste pessoas com deficiência), Grupo Pela Vida (assiste portadores do vírus HIV), além de moradores dos residenciais Jardins do Cerrado e Orlando de Moraes.

De acordo com o coordenador executivo do Idtech, José Cláudio Romero, o projeto Plateia Social tem sido um instrumento de transformação do indivíduo e de promoção da cidadania. "Após participarem do projeto, os beneficiados se tornam mais críticos. Sabemos de histórias de pessoas que escolhem programas diferentes na TV, valorizam mais o cinema nacional, a arte, o teatro brasileiro e as artes plásticas", conta. O idealizador da iniciativa revela que o projeto é de extrema importância, pois uma parcela mínima tem acesso à cultura. "De acordo com o Ministério da Cultura, 78% da população nunca assistiu a um teatro ou espetáculo de dança", informa.



Ator Paulo Betti posa para foto ao lado de jovens beneficiadas pelo Plateia Social, projeto que visa levar cultura a quem não pode ir a um espaço voltado para a arte

Em uma das edições, o Idtech levou diversas entidades para assistir o espetáculo teatral "O menino que vendia palavras", com a participação de Eduardo Moscovis, Letícia Colín, Luciana Frões, Pablo Sanábio, Raquel Rocha e Renato Linhares, que ergueram a faixa do Plateia Social numa demonstração de apoio à iniciativa. "O projeto devia ser considerado patrimônio do bem-estar brasileiro e inspirar outros", disse Pablo. Para o ator, público beneficiado pelo projeto está atento ao que vê e tende a colher informações e elementos que podem transformar suas vidas.

A coordenadora do Plateia Social, Lili Moreira, explica que a cada edição do projeto ele se inova. "É inexplicável a emoção dos beneficiados ao poder vivenciar algo totalmente diferente da realidade em que

vivem", declara. O projeto esteve presente nas peças teatrais: O menino que vendia palavras, Dona Flor e Seus Dois Maridos, A História de Nós Dois, Hermanoteu na Terra de Godah, O Circo dos Amores Impossíveis, Disney Live, Alice no País das Maravilhas, As Pontes de Madson e Deus da Carnificina. Na agenda estão também o espetáculo de balé internacional Teatro Scala de Milão, a apresentação do circo Tihany e o passeio das crianças para ver a exposição O Mundo Jurássico.

Conhecer uma atriz famosa de perto era o sonho do motorista Adeildo Ribeiro da Silva, também mecânico industrial. No dia 20 de outubro, o morador do Residencial Orlando de Moraes tirou fotos e conversou com quatro grandes atores nacionais: Julia Lemmertz, Paulo Betti, Orã

Figueiredo e Débora Evelyn, realizando seu sonho em grande estilo. "Foi bom demais, não poderia ser melhor! Eles foram muito atenciosos com todos nós", disse Adeildo, que posou para fotos com os artistas. O teatro não fazia parte do mundo do motorista acostumado a fazer outros programas para se distrair, como churrasco com os amigos e festinhas da família. Para ele, a ausência da cultura no seu cotidiano é por questões financeiras e de acessibilidade, pois vive em um bairro afastado do Centro de Goiânia.

Parcerias são bem-vindas – O Idtech não só viabiliza os ingressos do espetáculo cultural, como também o transporte e a confraternização dos grupos. "Para isso, temos conseguido várias parcerias com

É inexplicável a emoção das pessoas ao vivenciarem algo totalmente diferente de sua realidade e cotidiano"
Lili Moreira, coordenadora do Plateia Social

produtoras culturais, hotéis e restaurantes", explica a coordenadora do projeto Lili Moreira. Castro's Hotel, Lanchonete Bob's, Restaurante Árabe e produtora Cia de Sucessos foram algumas das empresas goianas apoiadoras.

O projeto acontece em média duas vezes ao mês, portanto, o instituto continua em busca de parceiros para o transporte dos beneficiados e também para a confraternização, que pode ocorrer em restaurantes, hotéis, ou lanchonetes. "A inclusão se dá não somente no teatro, mas também na hora do lanche, que acontece de forma rápida, em menos de uma hora, mas é quando os participantes esquecem dos problemas e conversam sobre o momento único que estão vivendo", disse Lili Moreira.



Atores Eduardo Moscovis, Letícia Colín, Luciana Frões, Pablo Sanábio, Raquel Rocha e Renato Linhares erguem a faixa do Plateia Social numa demonstração de apoio ao projeto que já reuniu cerca de 3 mil pessoas em eventos relacionados à cultura e à arte

Pesquisa atesta percepção ambiental

Sustentabilidade e destinação adequada dos resíduos sólidos foram temas apontados como prioridade de informação e conhecimento pela comunidade de Crixás-GO

Em 2011, a Mineração Serra Grande realizou pesquisa para avaliar a percepção ambiental da comunidade crixaiense, perguntando o que era meio ambiente na visão das pessoas que participaram da iniciativa e o que cada uma poderia fazer para melhorar o ambiente onde vive. A pesquisa mostrou que a comunidade percebe que o ambiente é o todo onde está inserida, sendo algumas de suas maiores preocupações o descarte correto dos resíduos sólidos ou a forma de minimizar o impacto deles no ambiente.

Diante da demanda apontada pela pesquisa, a Mineração Serra Grande, empresa do Grupo AngloGold Ashanti, contratou a consultoria Evoluir, especializada na formação de multiplicadores, e começou a trabalhar o tema da sustentabilidade com educadores de quatro escolas públicas do Ensino Fundamental. Por meio do projeto Escolas Sustentáveis, patrocinado pela Lei Rouanet de Incentivo à Cultura, os professores participaram de oficinas de capacitação com o objetivo de se prepararem para difundir o conceito de sustentabilidade e sobre como fazê-la acontecer na escola, e em casa.

O assunto chave escolhido foi "resíduos sólidos". Os mil alunos envolvidos no projeto receberam livros e informações sobre como consumir de forma consciente. Eles também participaram de jogos educativos, além de receberem um baú composto por jogos e livros sobre sustentabilidade, meio ambiente, saúde, higiene, cidadania, adolescência, dentre outros.

Cerca de 20 professores participaram dos módulos, que se dividiram em: 1) Educação para a sustentabilidade (o que é educar para a sustentabilidade, diagnóstico ambiental escolar e papel de cada um no processo); 2) Plano de ação e atividades colaborativas (apresentação dos resultados dos diagnósticos, visão sobre escola sustentável, protótipo da escola sustentável e elaboração dos planos de ação escolar); 3) Engajamento da comunidade escolar (apresentação de resultados, participação dos entes envolvidos no projeto e elaboração de roteiro das ações para o engajamento da comunidade). O encerramento das atividades aconteceu dia 1º de dezembro, com a apresentação dos resultados e troca de experiências sobre o projeto.



Crianças aprendem noções de sustentabilidade nas escolas beneficiadas pelo projeto

Algumas das atividades realizadas no projeto foram: construção de hortas na escola, fabricação de sabão, utilização de resíduos para a fabricação de peças de artesanato e brinquedos, melhor utilização dos alimentos, campanha de conscientização nos bairros sobre o descarte de resíduos e participação comunitária, plantio de mudas nas áreas da escola, entre outras. Ao final, cada escola recebeu a bandeira do projeto Escolas Sustentáveis e passou a fazer parte de uma rede de escolas, onde os multiplicadores que passaram pelo projeto trocam experiências sobre suas práticas pela internet.

Para Benônimo Júnior, chefe de Meio Ambiente e responsável pelo programa de Educação Ambiental da Serra Grande, os professores terão a tarefa de disseminar os novos conceitos entre os alunos: "Sabemos que eles farão brotar essa semente", disse ele. Todas as atividades tiveram o acompanhamento de um consultor especializado e uma pedagoga da cidade de Crixás.

Resíduos na Serra Grande – A empresa pratica a coleta seletiva e todos os resíduos gerados na indústria são descartados de maneira ambientalmente adequada, observa Benônimo Júnior. O material coletado internamente é separado e a maioria comercializado com empresas de reciclagem licenciadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh). Já as embalagens de materiais perigosos (tóxicos, químicos, oleosos)

como embalagens de cianeto, latas de tinta, tambores de óleo, são recolhidas e tratadas por empresas especializadas, contratadas pela Serra Grande. Entre 2012 e 2013, a mineradora pretende investir cerca de R\$ 700 mil na construção de um galpão para as ações de triagem e armazenamento de resíduos sólidos.

Em 2009, a empresa construiu sua Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), substituindo as fossas sépticas e garantindo uma eficiência acima de 90% no processamento dos efluentes. Por sua vez, a água tratada é devolvida ao meio ambiente em condições adequadas, inclusive para reuso, como no exemplo da utilização de cerca de 8 mil litros para irrigação de campo de futebol do clube da empresa.

Prêmio Goiás de Gestão Ambiental

A política de sustentabilidade da empresa foi reconhecida em 2011, com a conquista do Prêmio Goiás de Gestão Ambiental, que distingue pessoas jurídicas, físicas e Ong's por ações de notório valor ambiental, assegurando o princípio do desenvolvimento sustentável.



Professores de escolas públicas se tornam multiplicadores e trocam informações sobre sustentabilidade pela internet

IMPACTO POSITIVO

11º PRÊMIO
Crea Goiás de Meio Ambiente



Esse ano, a Pedreira foi contemplada com 2 prêmios Socioambientais.

Prêmio Socioambiental Chico Mendes – Considerado o maior evento socioambiental brasileiro, o Prêmio Chico Mendes marca definitivamente a agenda socioambiental de nosso país, revelando à sociedade exemplos de solução e equilíbrio ambiental.

11º Prêmio Crea Goiás Meio Ambiente – Uma forma de reconhecer quem já renovou o conceito de desenvolvimento, e usa a criatividade em prol do meio ambiente.

 **PEDREIRA ARAGUAIA**



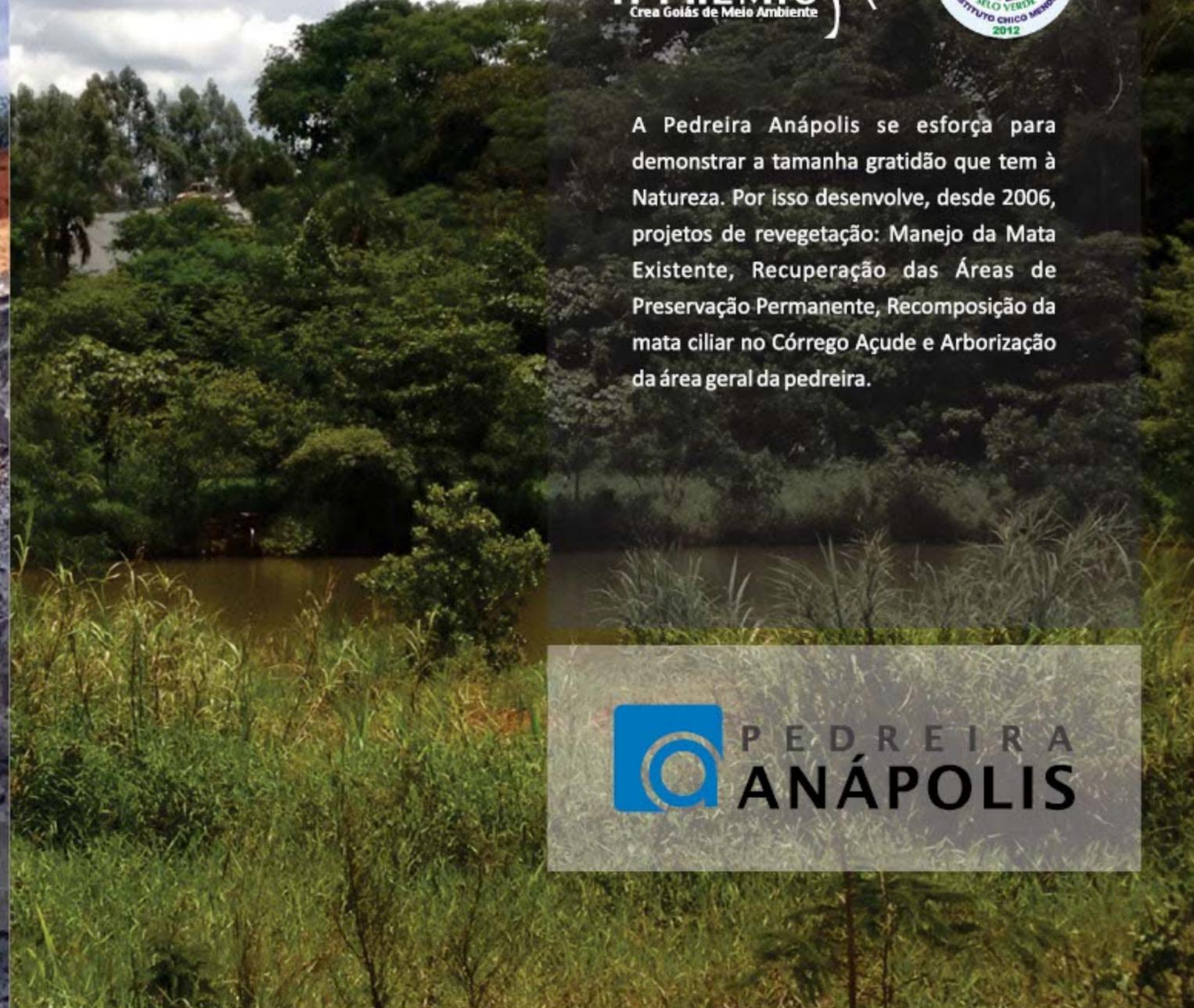
PORQUE QUEM USA, PRESERVA.

11º PRÊMIO
Crea Goiás de Meio Ambiente



A Pedreira Anápolis se esforça para demonstrar a tamanha gratidão que tem à Natureza. Por isso desenvolve, desde 2006, projetos de revegetação: Manejo da Mata Existente, Recuperação das Áreas de Preservação Permanente, Recomposição da mata ciliar no Córrego Açude e Arborização da área geral da pedreira.

 **PEDREIRA ANÁPOLIS**



 **PEDREIRA ARAGUAIA**

www.pedreiraaraguaia.com.br

(62) 3284-8484

 **PEDREIRA ANÁPOLIS**

www.pedreiraanapolis.com.br

(62) 3316-1444

 **PEDREIRA CAMPO LIMPO**

www.pedreiracampolimp.com.br

(62) 9968-7000

 **oncreate**

www.concreate.com.br

(61) 3394-2777

 **CONSTRUTORA N. MAMED**

www.construtoranmamed.com.br

(62) 9971-0370

Nossa obrigação.
Nosso agradecimento.



Lei define gerenciamento dos resíduos hídricos

Por Elaine Lopes Noronha Farinelli

A água é um bem precioso, essencial à vida e insumo para diversas atividades econômicas. Do ponto de vista da sociedade, a noção de recursos hídricos só se aplica às águas doces, pois somente elas são utilizáveis para a maior parte das necessidades humanas, tendo em vista as dificuldades técnicas e custos financeiros elevados que impedem a dessalinização em grande escala. Apesar de a água doce ser um recurso natural renovável, ela vem se tornando um bem cada vez mais escasso. Se medidas urgentes não forem tomadas, pode haver conflitos pelo uso da água, além da possibilidade de comprometer o desenvolvimento sustentável de algumas regiões do país.

A escassez é ocasionada pelo uso indiscriminado e o desperdício e pela poluição dos recursos hídricos. As consequências atingem o homem de forma direta, que utiliza a água para abastecer-se de suas necessidades. Ela também é imprescindível para animais, agricultura, geração de energia elétrica, indústria, recreação, turismo, pesca, aquicultura e navegação. Diante da necessidade de assegurar às atuais e futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, foi promulgada a Lei 9.433/1997 (mais conhecida como Lei das Águas), que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

Os fundamentos que alicerçaram o arcabouço jurídico da PNRH são: a água como um bem público, recurso natural limitado e dotado de valor econômico. Quanto ao uso, a prioridade é o consumo humano e a dessedentação de animais, sem esquecer que a gestão dos recursos hídricos deve proporcionar o uso múltiplo. A bacia hidrográfica é a unidade territorial de implementação da política e de

“ *A escassez de água é ocasionada pelo uso indiscriminado e o desperdício e pela poluição dos recursos hídricos* ”

atuação do sistema, devendo sua gestão ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das organizações civis. Foram definidos também os instrumentos que devem permitir a gestão eficiente, a saber: os planos de recursos hídricos, o enquadramento dos corpos de águas, a outorga de direitos de uso, a cobrança pelo uso e a implantação de um sistema de informações.

A gestão de recursos hídricos está diretamente relacionada com a preservação da qualidade e da quantidade de água nas bacias hidrográficas, e deve ser conduzida de modo a aumentar a quantidade de água disponível em pontos críticos das bacias, por meio da proteção aos mananciais, do combate ao desmatamento das matas ciliares, ao assoreamento das margens, provocada pelas ocupações irregulares e pela poluição e contaminação por resíduos, sejam eles sólidos ou líquidos, lançamento de esgotos urbanos, resíduos industriais, atividades agrícolas ou sedimentos gerados pelas cidades, como lixo e entulhos.

Para tornar possíveis as ações e administração dos recursos hídricos foram criados os comitês de bacia hidrográfica que promovem a materialização da gestão integrada e participativa. São organismos criados pela Lei Federal 9.433/1997, constituídos por representantes dos poderes públicos, dos usuários das águas e das organizações civis. Importante ressaltar que para integrar o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, as organizações civis de recursos hídricos devem ser legalmente constituídas. Os comitês podem ser

de âmbito estadual ou federal, dependendo da localização da bacia. Uma bacia hidrográfica é de domínio estadual quando toda sua extensão se localiza dentro de um único estado da Federação, como é o caso da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte, em Goiás. Uma bacia hidrográfica é de domínio da União quando engloba mais de um estado ou se localiza na fronteira com outro país, a exemplo da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, que abrange Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Cresce o número de comitês instalados, são mais de 180 em todo o país, em Minas Gerais são 32 estaduais e 4 federais, em São Paulo são mais de 21, entre estaduais e federais. Em Goiás foram instalados 3 comitês, sendo 2 estaduais, dos rios Vermelho e Meia Ponte, e 1 federal, o do Rio Paranaíba, cujo plano de bacia está em fase final de elaboração. Está prevista para 2013 a instalação de mais 4 comitês dos rios afluentes goianos do Baixo Paranaíba: Rio dos Bois e Turvo, Corumbá, Veríssimo e porção goiana do São Marcos.

No período de 5 a 9 de novembro, representantes dos comitês goianos participaram do 14º Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob), em Cuiabá-MT, com o tema “Comitês de Bacias: trabalhando soluções para a sustentabilidade da gestão das águas”. O evento contou com aproximadamente 1.100 participantes e representação de 23 estados da Federação, o que possibilitou ampliar a discussão de vários temas ligados à água em nosso território.

Ações empreendidas por empresas são o suporte na consolidação de práticas sustentáveis que se convertem em verdadeiras fontes de preservação ambiental. Pensando nisso, a SAMA S.A. Minerações Associadas atua em diversas áreas: no tratamento de resíduos produzidos pela empresa e no sistema de gerenciamento de água.

Uma cultura organizacional alinhada ao desenvolvimento sustentável promove ações que mudam o mundo

Todos os resíduos produzidos pela empresa têm destinação específica visando o respeito ao meio ambiente e a vida. O gerenciamento de água na empresa objetiva controlar o consumo nos processos e reutilizar toda água industrial. É a SAMA fazendo sua parte para um mundo mais sustentável.



SAMA
MINERAÇÕES ASSOCIADAS

Amianto Crisotila

Mais do que fazer bem, é importante fazer a diferença.



**Estas marcas fomentam
a responsabilidade social em Goiás.**

